



ACADEMIA MILITAR

PRIMEIRA INTERVENÇÃO DA GNR NO LOCAL DO CRIME

Autor: Aspirante Aluno de Infantaria da GNR Rui da Cruz Jacob

Orientador: Inspetor da PJ Carlos Ademar Fonseca

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, setembro de 2016



ACADEMIA MILITAR

PRIMEIRA INTERVENÇÃO DA GNR NO LOCAL DO CRIME

Autor: Aspirante Aluno de Infantaria da GNR Rui da Cruz Jacob

Orientador: Inspetor da PJ Carlos Ademar Fonseca

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, setembro de 2016

EPÍGRAFE

“Saber agir consciente e reconhecido, sempre com independência em relação a interesses ou a pressões de qualquer índole, implicando a mobilização, a integração e transferência de conhecimento, recursos e aptidões que agreguem valor à organização e aos seus elementos.”

Estratégia da Guarda 2020 (2015, p.3)

AGRADECIMENTOS

O Trabalho de Investigação Aplicada que apresento tem como objetivo geral a aplicação de competências adquiridas, conducente à obtenção do grau de mestre com recurso à atividade de investigação num trabalho de projeto. Pretende-se que este trabalho seja original e individual.

Contudo, não poderia deixar de expressar o meu reconhecimento a quem mais contribuiu para a elaboração do trabalho.

Em primeiro lugar, uma palavra de agradecimento ao Sr. Inspetor Carlos Ademar Fonseca, pelo voto de confiança que me deu ao aceitar a orientação da minha tese e me ter acompanhado desde o projeto do trabalho, ainda em 2015, mostrando-se prontamente disponível para qualquer esclarecimento/auxílio.

Agradeço também ao Capitão Hugo Campos, Comandante do Destacamento Territorial de Coimbra, por ter sido tão prestável em auxiliar-me na distribuição do inquérito por questionário a todos os militares do seu Destacamento. Agradeço também a esses militares que se disponibilizaram a responder ao questionário.

Sem esquecer, agradeço ao Primeiro Sargento João Padrela, por me ter facultado diversa informação relativa à gestão do local do crime, despachos e normas internas da instituição. Permitiu-me aprofundar a investigação e conhecer melhor o funcionamento interno das equipas na Investigação Criminal.

Não posso deixar de agradecer também aos meus professores, pela melhor formação que tive nesta casa, Academia Militar. Saio, com a plena noção de que tive os melhores a ensinar-me, e com a honra de assim ter sido. Obrigado.

Deixo um especial agradecimento à minha estimada namorada, que me acompanhou ao longo de todo o curso, tendo sido o meu apoio, motivação e também auxílio no trabalho quando foi preciso.

Por último, mas não menos importante, obrigado à minha família, aos meus pais e irmão, por me terem incentivado e apoiado na escolha deste curso e vida. Também foram eles que me formaram e sem eles não teria alcançado este objetivo.

RESUMO

Este trabalho aborda a questão dos atos preparatórios no local do crime, isto é, as medidas cautelares e de polícia que o primeiro interveniente policial que chega ao local deve aplicar. As diligências efetuadas pelo primeiro militar que assume uma ocorrência e que, normalmente, não é especialista na área da Investigação Criminal ou forense, revelam-se de elevada importância para o sucesso da investigação pois repercutem-se ao longo de toda a investigação. Essa abordagem caracteriza-se por não visar uma intervenção investigatória e inspetiva, mas sim de prevenção e proteção do local.

O objetivo geral do trabalho consiste numa contribuição para uma exploração mais determinada do local onde foi cometido um crime, através do melhor desempenho possível do primeiro interveniente policial. Os objetivos específicos passam por definir os procedimentos a tomar pelo primeiro interveniente (tendo em conta a sua especialidade, materiais e particularidades da fase da investigação) e definir o que é, para ele, um crime de cenário, identificando as possíveis repercussões de uma má gestão do local do crime para o sucesso da investigação.

Utilizamos o método comparativo, estudando os diferentes Manuais de procedimentos (nacionais e internacionais). O quadro de referência é o materialismo histórico pois enfatizamos a dimensão histórica dos processos sociais, a legislação vigente e os problemas atuais para interpretar o nosso estudo. Este trabalho assume contornos exploratório-explicativos. Seguimos um método dedutivo, pois pretende-se chegar a um caso particular da lei geral, ou seja, aos procedimentos específicos do primeiro interveniente policial entre toda a gestão do local do crime.

Os resultados mais significativos são a justificação da importância do local do crime para a Investigação Criminal e da complexidade que pode advir para o trabalho do primeiro interveniente. É possível concluir um conjunto padrão de ações que devem ser tomadas (guia prático) e como se pode melhorar a intervenção através de formação e cooperação entre os elementos.

Palavras-chave: gestão do local do crime; atos preparatórios; primeiro interveniente.

ABSTRACT

This work is about the question of the preparatory acts in the crime scene, that is, the precautionary and police measures that the first police responder needs to apply. The steps taken by the first military that assumes an occurrence and that usually is not an expert in the field of criminal investigation and forensics, prove to be of high importance for the success of investigation because it have repercussions throughout the investigation. This approach is characterized by not aim at investigative and inspection intervention, but prevention and protection of the crime scene.

The overall objective of the work is contribute to a more completed exploration of the place where a crime was committed, through the best possible performance of the first police intervening. The specific objectives start by defining the procedures to be taken by the first responder (taking into account their expertise, materials and investigation phase characteristics) and define what is, for him, a crime scene, identifying the possible repercussions of a bad crime scene management for a successful investigation.

We use the comparative method, studying the different manuals of procedures (national and international). The framework is historical materialism as we emphasize the historical dimension of social processes, current legislation and the current problems to interpret our study. This work takes exploratory contours. We follow a deductive method because it is intended to reach a particular case of the general law, that is, the specific procedures of the first police intervening between the entire management of the crime scene.

The most significant results are the justification of the importance of the crime scene to the Criminal Investigation and complexity that results to the work of the first responder. You can define a standard set of actions to be taken (Practical Guide) and how it's possible to improve the intervention through training and cooperation between the elements.

Keywords: crime scene management; preparatory acts; first responder.

ÍNDICE GERAL

EPÍGRAFE	i
AGRADECIMENTOS.....	ii
RESUMO	iii
ABSTRACT	iv
ÍNDICE GERAL	v
ÍNDICE DE FIGURAS.....	vii
LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES.....	viii
LISTA DE ABREVIATURAS, ACRÓNIMOS E SIGLAS	ix
CAPÍTULO I - REVISÃO DA LITERATURA	5
1.1. Principais Conceitos	11
1.2. Enquadramento Legal	13
1.3. A Sociedade Atual e as suas Especificidades.....	17
1.4. Local do Crime.....	19
1.5. Definição de Local do Crime	20
1.6. Gestão do local do crime	21
1.7. Problemas precedentes à equipa de investigação	26
CAPÍTULO II - METODOLOGIA.....	28
2.1. Natureza da investigação.....	28
2.2. Abordagem/Bases lógicas	29
2.3. Desenho de estudo.....	29
CAPÍTULO III - MÉTODOS E MATERIAIS	30

3.1. Caracterização do contexto	30
3.2. Técnicas de recolha de dados	30
3.3. Procedimentos de amostragem.....	31
3.4. Técnicas de tratamento e análise de dados.....	31
CAPÍTULO IV - RESULTADOS.....	32
CAPÍTULO V - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	38
6.1. Análise dos Questionários	38
6.2. Resposta às Questões Derivadas	40
6.3. Resposta à Questão Central.....	43
LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO	47
RECOMENDAÇÕES	48
REFERÊNCIAS	49
ANEXOS	I
APÊNDICES.....	XIV

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura n.º 1 – Experiência Profissional.....	32
Figura n.º 2 – Primeiras preocupações ao chegar ao local.....	33
Figura n.º 3 – Ação a desenvolver em caso de intempérie	34
Figura n.º 4 – Compreender as noções gerais de Direito, os princípios dos Códigos Penal e Processual Penal.....	35
Figura n.º 5 – Interpretar o Código Penal e enquadrar os factos nos tipos legais de crime	36
Figura n.º 6 – Aplicar técnicas de preservação e conservação de vestígios e outros indícios de crime.....	36
Figura n.º 7 – Efetuar os procedimentos corretos numa busca	37

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO A - FORMULÁRIO DE REGISTO DE INFORMAÇÃO INICIAL REFERENTE AO LOCAL DO CRIME	II
ANEXO B - FORMULÁRIO DE REGISTO DE ACESSO AO LOCAL DO CRIME	IV
ANEXO C – GRAU DE PREPARAÇÃO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE GUARDAS 2014/2015	V
ANEXO D – PLANO DA MATÉRIA DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	VII
ANEXO E – FLYER WORKSHOP CRIMES DE CENÁRIO	XIII
APÊNDICE A – INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO	XV
APÊNDICE B – APRESENTAÇÃO DOS DADOS ESTATÍSTICOS (QUESTIONÁRIOS)	XVII
APÊNDICE C – GUIA PRÁTICO	XX

LISTA DE ABREVIATURAS, ACRÓNIMOS E SIGLAS

Al.	Alínea
Apud	Citado por
Art.	Artigo
CDSP	Código Deontológico do Serviço Policial
Cfr.	Conferir em
CPP	Código de Processo Penal
CRP	Constituição da República Portuguesa
EIJ	Equipa de Inspeção Judiciária
EMGNR	Estatuto do Militar da Guarda Nacional Republicana
EUA	Estados Unidos da América
FFSS	Forças e Serviços de Segurança
GNR	Guarda Nacional Republicana
IC	Investigação Criminal
ICSJ	Investigação Criminal e Sistema Jurídico
INEM	Instituto Nacional de Emergência Médica
ISMAI	Instituto Universitário da Maia
LOIC	Lei de Organização da Investigação Criminal
LSI	Lei de Segurança Interna
MP	Ministério Público
NAT	Núcleo de Apoio Técnico
NEP	Norma de Execução Permanente
NIC	Núcleo de Investigação Criminal
N.º	Número
OPC	Órgão de Polícia Criminal
PJ	Polícia Judiciária
PSP	Polícia de Segurança Pública
Q.C.	Questão Central
Q.D.	Questão Derivada
RASI	Relatório Anual de Segurança Interna
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

INTRODUÇÃO

Apresentamos o tema a que nos propomos como “*Atos preparatórios no Local do Crime*”. Estes atos preparatórios podem definir-se como intervenções preliminares, primeiras medidas, primeira abordagem...que se toma no local do crime com vista à preservação de provas, até à chegada da entidade competente ou especializada. Em suma, dizem respeito às medidas cautelares e de polícia previstas no Código de Processo Penal, desenvolvidas em 1.2. Enquadramento Legal, do Capítulo I – Revisão da literatura.

Estas diligências efetuadas pelo primeiro militar que chega ao local do crime, e que normalmente não é especialista na área da Investigação Criminal ou Forense, revelam-se de elevada importância para o sucesso da investigação, pois repercutem-se ao longo de toda a investigação. Consistem, por exemplo, em isolar o local, preservar a prova, identificar testemunhas, garantir a segurança, controlo de acessos, etc.

Estas medidas a tomar pelo primeiro interveniente policial no local constam de vários manuais de procedimentos das diversas Forças e Serviços de Segurança. Contudo, não existe um protocolo que determine de forma transversal os mesmos procedimentos para todos, o que auxiliaria na coordenação entre Forças e Serviços, estabelecendo regras de conduta. É essa a nossa motivação para a escolha do tema.

Durante o “Mestrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança” esta matéria é abordada no âmbito da Investigação Criminal. De facto, é instruído o enquadramento legal das medidas cautelares e de polícia e fazem-se exercícios práticos que envolvem estes procedimentos. Constatou-se que não existe uma forma determinada de trabalhar¹ e, ainda que seguindo o manual de procedimentos, existem várias formas de atuar (umas mais corretas que outras).

Neste trabalho de investigação temos uma abordagem direcionada para as medidas cautelares e de polícia realizadas pelos militares da Guarda Nacional Republicana no local do crime de cenário. Com efeito, vamo-nos cingir ao Livro VI – Das Fases Preliminares, Capítulo II do Código de Processo Penal, não entrando nas matérias que dizem respeito à

¹ Admite-se que não existem dois crimes iguais, não sendo possível definir procedimentos rígidos para uma gestão ao local do crime.

Investigação Criminal subsequente, competência dos Órgãos de Polícia Criminal, procedimentos de recolha de provas, exame ao local, particularidades dos vestígios...

Apesar dos assuntos abordados serem transversais a todos os Órgãos de Polícia Criminal, restringimos a investigação à realidade da Guarda Nacional Republicana por ser onde nos inserimos, que conhecemos melhor e a quem aplicámos os questionários analisados em 5.1. Análise dos Questionários, do Capítulo V – Apresentação dos Resultados.

Por regra, fazemos referência ao local do crime de cenário por ser aquele que sugere mais motivo de análise, praticado num espaço físico delimitado e cuja investigação obriga a um exaustivo exame.

Com o intuito de definir um rumo à investigação, colocámos a seguinte Questão Central:

Q.C.- Como otimizar o desempenho dos primeiros militares da GNR no local do crime de cenário?

Para dar resposta à Questão Central, optámos por recorrer a duas Questões Derivadas que nos permitem investigar aprofundadamente o assunto e que, relacionadas, dão resposta à Q.C., sendo:

Q.D.1- O que é a Gestão do Local do Crime para o primeiro interveniente policial?

Q.D.2- Quais as especificidades de um crime de cenário para o primeiro interveniente policial?

O objetivo geral do trabalho decorre da Questão Central, pelo que consiste em dar um contributo para uma exploração mais determinada do local onde foi cometido um crime (tendo em conta os procedimentos enunciados anteriormente), através do melhor desempenho possível do primeiro interveniente policial.

Os objetivos específicos decorrem, naturalmente, das Questões Derivadas e passam por definir os procedimentos a tomar pelo primeiro interveniente (tendo em conta a sua especialidade, materiais e particularidades da fase da investigação) e definir o que é, para ele, um crime de cenário, identificando as possíveis repercussões de uma má gestão do local do crime para o sucesso da investigação.

A finalidade da investigação é elaborar um guia prático (simples, conciso e versátil) com um conjunto de tarefas que o militar da Guarda Nacional Republicana pode seguir, de modo a auxiliar a sua atuação.

Por fim, o trabalho de investigação segue a Norma de Execução Permanente 522/1^a, de 20 de Janeiro de 2016 – Normas para a redação de Trabalhos de Investigação². Esta norma regula os trabalhos de investigação da Academia Militar, definindo a estrutura do trabalho em três partes: Pré-textual, Textual e Pós-Textual. Seguem-se os elementos e conteúdos característicos de um trabalho de investigação, nomeadamente: Introdução, Revisão da literatura, Metodologia, Métodos e Materiais, Local do Crime, Apresentação dos Resultados, Conclusões e Referências. Constam na parte final do trabalho (pós-textual) alguns Anexos³ e Apêndices⁴.

A Introdução contém: apresentação geral do trabalho através da definição do tema, delimitação da abordagem, introdução da Questão Central e Questões Derivadas, definição do objetivo geral e dos objetivos específicos, concretização da finalidade da investigação e enunciado da estrutura do trabalho.

O Capítulo I - Revisão da Literatura esclarece-nos acerca do “estado da arte” na matéria em estudo. Com efeito, contextualiza a investigação, define os principais conceitos utilizados, apresenta um enquadramento legal (essencial na área da gestão do local do crime e Investigação Criminal) e desenvolve a questão da criminalidade na sociedade atual, bem como as suas especificidades.

No Capítulo II - Metodologia, procura-se responder às questões acerca da investigação/metodologia de base: “Como?”; “Com quê?”; “Onde?”; “Quando?”. Fundamenta-se ainda a natureza da investigação, abordagem/bases lógicas e expõe-se o desenho de estudo.

De seguida, no Capítulo III - Métodos e Materiais, caracteriza-se o contexto no tempo e no espaço, explica-se a técnica de recolha de dados, procedimentos de amostragem e técnicas de tratamento e análise de dados. Estes capítulos da metodologia dizem respeito tanto à recolha de material de investigação realizada, bem como à elaboração, aplicação e análise dos questionários efetuados.

Os questionários encontram-se analisados no Capítulo IV - Resultados, onde se comparam os resultados obtidos com outros estudos presentes na Revisão da Literatura.

² Norma em sintonia com a já existente Norma para a Redação do Relatório Científico Final dos Trabalhos de Investigação Aplicada, contemplada nas versões anteriores da NEP 520/4^a/AM.

³ Consistem em documentos não elaborados pelo autor, com intuito de esclarecer ou completar conteúdos do texto.

⁴ Apresentam elementos que foram trabalhados pelo autor, mas que pela sua extensão ou outra razão não foram integrados no corpo do trabalho.

Por fim, constam as Conclusões em que se enfatizam os principais aspetos, consideram-se os resultados (da análise do questionário e das respostas às questões levantadas) e realça-se o conhecimento produzido.

Há também referência às limitações da investigação e desafios para futuras investigações.

CAPÍTULO I

REVISÃO DA LITERATURA

Neste Capítulo, vamos contextualizar o trabalho em causa abordando as principais obras de referência, o problema investigado, a evolução do conhecimento nesta temática, bem como outros aspetos que permitem adquirir algum conhecimento acerca da matéria.

Naturalmente, atendemos ao Manual de Gestão do Local do Crime da GNR⁵, elaborado em dezembro de 2007 pelo Major de Infantaria António Marques. O Manual parece-nos atual, em comparação com a bibliografia em geral, a sua leitura é clara e encadeada, constatando-se a preocupação de poder vir a ser lido por alguém que não seja da área forense, aspeto importante, pois permite que seja compreendido pelos militares das diversas áreas, nomeadamente, os “patrulheiros”/polícias de proximidade.

Tivemos igualmente em consideração Manuais de Procedimentos de outras Forças e Serviços de Segurança (FFSS) nacionais e internacionais, o que enriqueceu o trabalho. Assim, acedemos a:

- Manual de Procedimentos de Inspeção Judiciária da Polícia Judiciária (PJ), elaborado em 2009. Verificámos ser um Manual de referência do ponto de vista conceptual, vocacionado para a realidade criminal da PJ. É interessante estudar os mesmos conceitos e assuntos provenientes de realidades diferentes. Notam-se perspetivas diferentes nos materiais oriundos da PJ, o que permite analisar criticamente e enriquecer a investigação.

- Manual de Investigação Criminal da Polícia de Segurança Pública (PSP), elaborado em 2003. Também este um Manual de referência no que diz respeito aos principais conceitos, organizando os procedimentos em: Princípio, Política e Procedimento.

⁵ Importa fazer referência ao Caderno Técnico de 2014 – Procedimentos Técnicos na Gestão do Local do Crime. Utiliza a doutrina do Manual, complementa alguma informação, contém anexos importantes (Relatório Tático de Inspeção Judiciária, Relatório Técnico de Inspeção Judiciária, Formulário de Registo de Informação Inicial – Anexo A, Formulário de Registo de Acesso ao local do Crime – Anexo B).

- Relatório “*Crime Scene Investigation: A Reference for Law Enforcement Training*” do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, elaborado em 2004⁶. É um bom auxílio de trabalho por ser bastante sistemático, abrangente e vocacionado para a resposta inicial dos militares no momento de uma ocorrência (foco do nosso trabalho). Permitiu também analisar procedimentos de outras FFSS e fazer a comparação.

- “Consciencialização sobre o local de crime e evidências materiais em especial para pessoal não-forense” do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), elaborado em 2010. Este é um manual vocacionado para militares/agentes não-forenses⁷ com o objetivo de sensibilizar para a importância das boas práticas no exame pericial do local do crime, desde o primeiro contacto com o local. Vem também fornecer doutrina internacional, que permite estudar e comparar com a vigente nas FFSS nacionais.

Analisámos também outro material, com outra abrangência e autores de outras áreas, nomeadamente:

- O livro de José Braz “Investigação Criminal - os desafios da nova criminalidade”, publicado em 2009. É uma obra importante pois está associada a um autor especialista na área da IC, que aborda criticamente tópicos de segurança relevantes para o nosso trabalho, é conciso e sistemático ao longo da obra.

- Vários artigos do Inspetor da PJ Carlos Ademar Fonseca (Orientador deste trabalho). É um autor que tem vindo a escrever sobre a matéria em causa, docente na Escola da PJ e na Academia Militar.

- Vários artigos de Susana Costa, doutorada em Sociologia e Docente no Mestrado de Criminologia do Instituto Universitário da Maia (ISMAI). É uma autora com vários artigos publicados, que aborda questões relacionadas as práticas dos Órgãos de Polícia Criminal⁸ (OPC) na Gestão do Local do Crime, cientificidade na IC, Lei de Organização da Investigação Criminal (LOIC), entre outros assuntos. A autora apresenta perspetivas próprias, distintas das provenientes de autores pertencentes aos OPC, sendo benéfico para a investigação.

- O livro de 2004 “*Techniques of Crime Scene Investigation*” de Barry A.J. Fisher, antigo diretor do laboratório criminal de Los Angeles. Este livro vem fornecer doutrina

⁶ Relatório pensado para ministrar instrução aos militares, estando organizado em módulos de ensino, objetivos de aprendizagem e avaliação.

⁷ Assume que o “principal público-alvo do manual é o profissional não-pericial forense, especialmente os *first responders* e mesmo qualquer pessoa envolvida no processo de levantamento de um local de crime sem treinamento pericial (...)” (UNODC, 2010, p.1).

⁸ Art.3.º - Órgãos de polícia criminal, LOIC. São OPC de competência genérica a PJ; GNR; PSP.

internacional e acrescenta outras preocupações que o autor descreve pela sua experiência pessoal.

- Um artigo publicado na revista “Investigação Criminal e Sistema Jurídico” (ICSJ) de 2012, de Choi Iat Peng, Chefe da Divisão de Inspeção ao Local do Crime da PJ de Macau. O artigo permite-nos estudar os métodos utilizados pelos países mais avançados e a evolução dos procedimentos de inspeção.

- Utilizámos também documentos internos da GNR, nomeadamente o Despacho N.º 18/14 – OG e a Diretiva Operacional N.º 01/14 – Orientações para a implementação da estrutura da Investigação Criminal. Estes documentos permitiram compreender algumas especificidades da organização interna da GNR, mas também como se processam alguns mecanismos internos no que diz respeito à Investigação Criminal.

Todo o material estudado está relacionado com a Gestão do Local do Crime. É um conceito em constante evolução, quer seja pela inovação de meios e materiais de recolha de provas, quer seja pela evolução do quadro legislativo.

É imprescindível definir uma metodologia geral de atuação para que os militares possam ser instruídos e tenham referências a seguir na reação a qualquer ilícito criminal, sem prejuízo das particularidades inerentes a cada crime em concreto (Marques, 2007). Com efeito, existem manuais de procedimentos que tratam a temática em termos gerais, expondo procedimentos sistemáticos e flexíveis a aplicar.

Contudo, cada FFSS tem o seu Manual próprio e apesar de não ser possível definir procedimentos rígidos/obrigatórios na Gestão do Local do Crime por não existirem dois crimes iguais, seria importante existir um padrão uniformizado e protocolado nas diferentes FFSS.

É esse o problema que pretendemos identificar. Não existe um método determinado transversal a todas as FFSS que, por um lado garanta a cadeia de custódia da prova, e por outro, auxilie na cooperação entre as FFSS e as diversas entidades que participem na Gestão do Local do Crime. “A experiência ensina (...) que a estes profissionais⁹ não é ministrada qualquer tipo de formação no que respeita à matéria que aqui nos interessa abordar (...) um módulo direcionado para a sensibilização de trabalharem em locais potencialmente ricos em vestígios (...)” (Ademar, 2015), deveria existir, assim, um protocolo que abranja tanto as FFSS como as diversas entidades que possam estar

⁹ Referindo-se à emergência médica.

presentes num cenário criminal, com o intuito de prestar um serviço mais rigoroso e sem fragilidades.

Susana Costa (2013b) também assinala este constrangimento na cientificação do trabalho policial em Portugal, referindo que existem discrepâncias ao nível de formação que os diferentes OPC recebem, o que leva a formas distintas de trabalhar no local do crime.

Durante a investigação apercebemo-nos de algumas inconsistências relacionadas com o problema mencionado anteriormente, que justificam a pertinência deste trabalho e suscitam novas linhas de investigação.

A LOIC visa fazer face à complexidade da criminalidade vigente na sociedade atual ao criar mecanismos de resposta eficazes. Exigem-se instrumentos legais que permitam a proatividade. É exemplo disso, o facto de os criminosos se aproveitarem cada vez mais da maior mobilidade que as vias de comunicação vão permitindo (vias rodoviárias, fronteiras abertas¹⁰...) (Ademar, 2013).

Mas, como é característico de um Estado de Direito, exige-se o cumprimento da lei sob pena de nulidade dos atos realizados¹¹ e de penalização disciplinar e criminal para quem os pratica, o que leva a uma margem de manobra “apertada” pois tudo está regulamentado (Ademar, 2013). Mais, o poder judicial é cada vez mais exigente com a qualidade da prova. Por isso, tanto os OPC como os elementos de emergência médica devem apostar na formação profissional¹² para terem uma atuação mais rigorosa.

Constatamos assim a necessidade de ser ministrada formação específica aos elementos do sistema integrado de emergência médica (Corpos de Bombeiros, Cruz Vermelha, INEM¹³ e Proteção Civil) (Ademar, 2013).

Verificamos com agrado a realização de um Workshop em 16 de abril de 2016 (*flyer* em Anexo E), organizado pela Escola da Polícia Judiciária no âmbito dos crimes de cenário subordinado ao tema “O papel dos primeiros intervenientes institucionais na preservação dos vestígios”, abordando os cenários de incêndios. Este Workshop tem como público-alvo os operacionais dos Agentes de Proteção Civil. Estas iniciativas são bastante positivas e vão ao encontro do objeto da nossa investigação.

¹⁰ Devido à livre circulação nas fronteiras dentro do espaço Schengen, onde Portugal está inserido desde 25 de junho de 1991.

¹¹ Validação da Investigação Criminal, art. 118.º - Princípio da Legalidade, CPP.

¹² Os *first responders* têm importantes responsabilidades iniciais no exame ao local do crime, como é exemplo a preservação do local do crime e o registo de toda a informação possível (UNODC, 2010).

¹³ Instituto Nacional de Emergência Médica.

Em relação à qualidade na prova, a prova material será a que tem mais valor. Contudo, se a cadeia de custódia não for garantida devido a má recolha ou preservação, por exemplo, toda a IC pode ser contestada.

A LOIC será analisada no ponto seguinte, mas cumpre-nos dizer agora que esta pressupõe que todos os OPC devem estar aptos a intervir de forma eficiente num cenário criminal no que diz respeito aos atos cautelares (Costa, 2013a), daí se exigir uma aposta na formação nesta área. Susana Costa constata também a falta de recursos materiais por parte dos polícias de proximidade como, por exemplo, luvas.

Outro factor de inconsistência é a interpretação que faz o primeiro militar a chegar ao local do crime faz, ou seja, a tipificação do crime que ele apresenta. Esta dificuldade pode levar ao que se designa por erro no diagnóstico diferencial, ou seja, a uma tipificação de suicídio em vez de homicídio, ou de roubo em vez de abuso sexual, por exemplo¹⁴. Este erro pode advir “em grande medida das diferentes abordagens à cena do crime, muito relacionadas com a forma como as peças do puzzle vão sendo encaixadas” (Costa, 2013a, p.92). Logo desde a abordagem, o militar deve estar atento à posição das portas, janelas, luzes, cortinas, odores, sinais de atividade (comida, torneiras, jornais, validade das embalagens, relógios parados...) (Fisher, 2004).

A tipificação do crime¹⁵ leva à determinação da estrutura organizacional ou operacional que irá desenvolver a investigação assim como à definição da natureza do procedimento criminal que está em causa (que poderá limitar o exercício da ação penal). Isto é, se está em causa um crime de natureza semi-pública (art. 49.º do CPP) ou particular (art. 50.º do CPP) (Braz, 2013). De certa forma, o “patrulheiro” realiza a despistagem e remete para a especialidade.

Também está provado que a ação ou omissão dos militares, de forma intencional, ou não, pode ter sérias consequências na IC (Fisher, 2004).

Susana Costa (2013a) conclui que os militares, por receio de proceder erradamente no local do crime, podem ter o dilema entre adotar uma postura dinâmica (preservar o cenário criminal), ou uma postura estática (não destruindo vestígios ou contaminando a cena de crime).

¹⁴ Pode também determinar erroneamente a sua fixação da competência territorial ou judicial, bem como do OPC competente (art. 19.º do CPP).

¹⁵ Assunto mais desenvolvido no ponto seguinte.

O trabalho prévio dos polícias de proximidade visa facilitar o trabalho das equipas de investigação mas pode, no entanto, vir a dificultá-lo. Um princípio é certo, todos os movimentos devem ser realizados após deliberação.

Porém, o dilema enunciado anteriormente deve ser evitado ao máximo porque se pretende que o primeiro militar a chegar ao local tome as medidas necessárias e urgentes para a preservação da prova (arts. 55.º e 249.º, CPP) e que tenha uma atitude ativa/dinâmica para uma melhor gestão do local do crime. Mais, é-lhe exigido também, de certa forma, que tenha uma atitude ativa, nos termos do art. 10.º - Dever de cooperação, LOIC.

Em certos locais, poderá não ser possível preservar o local do crime, devido às suas características, como por exemplo, uma estrada com muito tráfego (Fisher, 2004). Por outro lado, Fisher (2004) realça também o dever do militar de proteger o local do crime de todos os que não estejam envolvidos na investigação, nomeadamente outras FFSS sem competência, superiores hierárquicos, imprensa, familiares...não devendo, de forma alguma, prestar declarações à imprensa. Essa função deve ser assumida por um militar especialmente designado para o efeito.

Já foram identificadas algumas soluções para estas inconsistências, que passam por apostar na formação especializada nesta área aos elementos tanto das FFSS como de todas as entidades¹⁶ que poderão estar presentes num cenário criminal. Seria preferível que essa formação fosse igual para todos, ou seja, existisse um protocolo transversal a todos os envolvidos, que definisse claramente procedimentos e cuidados a ter na abordagem/gestão do local do crime para que houvesse uniformidade determinada, o que iria facilitar o trabalho em conjunto, proteger a cadeia de custódia, solidificar a IC e agilizar os procedimentos no local do crime.

O conhecimento acerca da matéria tem vindo a evoluir. O Manual de Gestão do Local do crime mais recente das FFSS data de 2009 (PJ), diversas Normas de Execução Permanente (NEP) têm vindo a ser difundidas, e variadas teses de mestrado têm sido elaboradas nas áreas da Biologia, Criminalística, Direito, Antropologia, Psicologia...

A GNR também sentiu necessidade de se atualizar, pelo que foi exarado através do Despacho nº 18/12-OG aprovado pelo Excelentíssimo General Comandante-Geral da Guarda em 11/03/2014, a intenção de harmonizar os normativos internos com o que vem

¹⁶ Emergência Médica; Médico-Legista; Ministério Público; Polícias civis; Segurança Privada; Proteção Civil; Guarda Noturno; Imprensa; Curiosos; Familiares; Associações diversas; entre outros.

consignado pela LOIC, fazendo face ao quadro de competências atribuídas à GNR no domínio da IC e obtendo mais-valias ao nível da eficácia operacional¹⁷.

Desta forma, foi criado o “Grupo de Missão para a Reestruturação da Investigação Criminal da Guarda Nacional Republicana”, com o propósito de proceder à análise da organização e da respetiva adequação à estrutura orgânica da GNR. Foram tidas em consideração várias linhas de orientação, nomeadamente: subordinar as alterações estruturais ao princípio da simplicidade, assegurando a sua conformidade com a LOIC; garantir que o sistema de IC seja coerente com a realidade da criminalidade na área de responsabilidade da GNR, reconhecendo a heterogeneidade do fenómeno da criminalidade através da discriminação positiva das áreas com maior índice de ocorrências desta natureza; assegurar sinergias entre as estruturas de IC e de Informações Policiais; avaliar a formação da IC na GNR.

Depreende-se a vantagem ao manter a estrutura de IC com três áreas de atividade distintas: a área de IC/operativa (em sentido estrito), a de polícia técnica/criminalística e a de análise de informação criminal/análise.

Para além desta organização, seguem-se também os seguintes princípios a ter em conta nas estruturas de IC¹⁸: descentralização ou proximidade; complementaridade; cooperação, partilha de informação; especialização (orgânico-funcional, formação e meios); exclusividade funcional (tendencialmente).

Por regra, só desempenham funções no órgão de IC da GNR, exclusivamente, militares das Armas e dos Serviços da Guarda e, eventualmente, civis com habilitação específica em IC.

1.1. Principais Conceitos

Como é próprio de qualquer área de estudo/científica, existe sempre vocabulário ligado a domínios específicos. Importa, por isso, definir alguns conceitos da área da Investigação Criminal que são utilizados ao longo do trabalho, por forma a esclarecer a terminologia utilizada no trabalho. Assim, definem-se:

¹⁷ “(...) perspetivando um incremento de eficácia da sua atuação, num ambiente de segurança marcado pelas dinâmicas da mudança acelerada e da complexidade que caracterizam a atual sociedade.” (Diretiva Operacional N.º 1/14).

¹⁸ Deve-se registar que existem mais princípios elencados no Despacho N.º 18/14-OG. Optámos por seleccionar os que nos parecem ser mais pertinentes para o trabalho de investigação.

- **Investigação Criminal**¹⁹ compreende o conjunto de diligências que nos termos da lei processual penal, se destinam a averiguar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a sua responsabilidade e descobrir e recolher provas, no âmbito do processo.

- **Local do Crime** pode ser em qualquer local e pode assumir qualquer forma (Evans, 2009). Desde um passeio, a uma casa ou apartamento, passando por um disco rígido de um computador, até mesmo a vários quilómetros de oceano.

Independentemente da situação, as cenas de crime partilham a mesma linha de ideia, isto é, se o objetivo é fazer justiça, então todos os vestígios presentes, no local, devem ser detetados, referenciados, recolhidos/recuperados e processados com a maior precisão. Assume grande importância pelo facto de ser complexo, precário e frágil (Judiciária, 2009).

- **Gestão do Local do Crime** significa que cada cena de crime requer uma abordagem sistemática e específica, adaptada às suas necessidades e particulares. Entende-se como sendo o “conjunto de procedimentos que devem ser seguidos antes, durante e após o exame ao local do crime, tendo em conta os meios materiais e humanos, e uma boa articulação da equipa, que passa pela sua estruturação, sistematização dos procedimentos e interligação dos vários elementos” (Ademar, 2015, p.67).

- **Prova** tem por função a demonstração da realidade dos factos (art. 341.º do Código Civil). Os factos provados constituem, não só o fundamento da decisão da sentença, como também determina a gravidade/graduação da responsabilidade.

Por ser tão importante na investigação, o ordenamento processual penal segue princípios como: Princípio da legalidade²⁰ ou da legitimidade da prova e Princípio da livre apreciação da prova²¹.

Segundo José Braz (2013), a prova pode ser: Direta (incide nos factos) ou Indireta (incide sobre factos correlacionados com o que se pretende provar); Subjetiva (resulta da ação humana) ou Objetiva (resulta da análise de factos); Plena (certa, unívoca) ou Indiciária (incerta, apenas tendencial).

- **Cadeia de Custódia** traduz-se na necessidade de assegurar a qualidade de todos os procedimentos científicos da perícia criminal e no plano processual penal, a fim de garantir o potencial de ligação entre os itens de forma inequívoca.

¹⁹ Cfr.: art. 1.º da LOIC; art. 262.º n.º 1 do CPP.

²⁰ Cfr.: art. 125.º do CPP.

²¹ Cfr.: art. 127.º do CPP, conjugado com o art. 163.º do mesmo diploma legal.

Torna-se, assim, necessário registar todos os indivíduos que estejam na posse ou em contacto com algum dos vestígios²² (Monteiro, 2010), ou seja, a documentação histórico-cronológica dos vestígios, as técnicas utilizadas e a integridade do vestígio. Assim, garante-se a responsabilização e a confiabilidade dos indivíduos envolvidos, devendo tudo ser minuciosamente descrito de acordo com um protocolo procedimental normalizado (Ademar, 2015).

- **Polícia Técnica**²³ domina o conjunto de técnicas auxiliares da investigação criminal que visam fixar e registar o local do crime através de meios sinaléticos, gráficos, fotográficos e videográficos, bem como, pesquisar, localizar, registar, recolher, proteger, acondicionar, armazenar e transportar vestígios e outros materiais com interesse criminalístico, no âmbito da inspeção judiciária (Judiciária, 2009).

- **Polícia Científica** domina o conjunto de saberes forenses ou auxiliares de Direito que visam proceder à análise e interpretação científica dos sinais e vestígios recolhidos no local do crime. Por norma, a Polícia Técnica assume natureza instrumental relativamente à Polícia Científica e ambas visam auxiliar a investigação criminal na produção de prova do processo criminal (Judiciária, 2009).

- **Policamento de Proximidade** é um conceito relativamente recente que visa direccionar a função de polícia para o cidadão (estabelecer relacionamento próximo e de confiança) e desenvolver uma atividade policial de prevenção. Pode-se afirmar que assenta num eixo de proatividade e visa a resolução imediata de problemas. Pretende-se que a população forneça mais informações por ver a polícia com mais legitimidade/proximidade. Para Clemente (2000), o policiamento de proximidade assenta em quatro pilares fundamentais: presença, através da visibilidade do patrulhamento junto da população; conhecimento do meio policial envolvente e dos seus principais atores; proteção, efetuando uma resposta célere e ajustada à ameaça ou incidente; empatia, desenvolvida através de uma comunicação assertiva.

1.2. Enquadramento Legal

²² Verifica-se a importância do primeiro militar que chega ao local do crime, primeiro a ter contacto com determinado vestígio e tem o dever de o preservar, de dar início à Cadeia de Custódia.

²³ A Diretiva N° 3/02-D, de 28 de Janeiro de 2002 (CG/GNR-SIC/2°REP), n° 3 e alínea q., sustenta que “os NAT realizam as inspeções oculares técnicas de polícia, pesquisando e recolhendo (...), os vestígios lofoscópicos e não biológicos existentes no local do crime”.

Optámos por abordar as questões relacionadas com a legislação aplicável em subtítulo próprio. A legalidade é um parâmetro essencial na atividade do militar da GNR pois, como vimos, está sujeito ao Princípio da Legalidade em toda a sua atuação²⁴.

Como legislação fundamental da IC, temos a Constituição da República Portuguesa (CRP), CPP, LOIC, LSI²⁵...entre outras. A CRP surge-nos sobretudo devido ao art. 272.º n.º 1, em que está explanado que a polícia tem por funções defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos. Estes deveres estão sempre subordinados aos princípios da legalidade e da proibição do excesso (Braz, 2013), ou seja, qualquer ato ou procedimento deverá estar previsto na lei e obedecer aos requisitos da necessidade, exigibilidade e proporcionalidade (sacrificando o mínimo possível os direitos individuais).

Em 2008, foi publicada a LOIC que introduziu novas competências²⁶ que, por sua vez, culminaram na criação de uma IC operativa, com conhecimentos necessários para a investigação dos crimes, na criação de uma polícia técnica capaz de recolher vestígios no local do crime e, na criação de uma área de informação criminal onde existiria uma cooperação entre os OPC, para haver um sistema de informações atualizado e acessível a todos²⁷ (Plataforma para o Intercâmbio de Informação Criminal – Lei n.º 73/2009, de 12 de agosto).

Do conteúdo desta Lei, manteve-se a competência da PJ para investigar a criminalidade organizada e a mais complexa, mas a grande mudança foi a atribuição de competências genéricas aos OPC, estabelecendo mecanismos de coordenação, cooperação e troca de informação entre as diversas forças. A LOIC atribui à GNR competência genérica e específica na investigação de determinados crimes, com autonomia técnica e tática.

Esta necessidade de criação de uma polícia técnica ao nível da GNR e PSP, adveio do facto de estas forças se encontrarem dispersas por todo o território nacional e serem geralmente as primeiras a ter conhecimento do crime. Assim, por vezes é indispensável proceder à preservação e recolha dos meios de prova, que é fundamental para descobrir a realidade dos factos e por consequência o autor do crime.

²⁴ Nos termos dos artigos: 118.º do CPP; 1.º da LOIC; 6.º do EMGMR; 2.º da LSI; e 2.º do CDSP.

²⁵ Se necessário, ver em “Referências” o número correspondente dos diplomas legais.

²⁶ Já existindo uma LOIC desde 2000.

²⁷ Nos termos dos arts.: 6.º, 21.º e 22.º da LSI; e art. 10.º da LOIC.

José Braz acrescenta que os OPC “constituem a *first-line enforcer* do sistema criminal, ou seja as primeiras instâncias formais de controlo social a conhecer, a interagir e a processar a realidade criminal” (Braz, 2013, p.197-198), fazendo aqui referência, a nosso ver, aos polícias de proximidade.

Entre os atos de polícia referidos anteriormente, inserem-se as medidas cautelares e de polícia²⁸. Este tipo de atos tem particularidades, uma vez que se verifica que o legislador teve a preocupação de explicitar a sua preferência pela eficácia da ação em detrimento do rigor dos princípios e em prol da IC, isto é, permitiu medidas cautelares necessárias e urgentes para assegurar os meios de prova mesmo sem a intervenção da autoridade judiciária²⁹.

Nos termos do art. 249.º do CPP, os atos em causa consistem em proceder a exames dos vestígios do crime, assegurar a manutenção do estado das coisas e dos lugares, colher informações das pessoas que facilitem a descoberta dos agentes do crime e a sua reconstituição, proceder a apreensões no decurso de revistas e buscas bem como tomar as medidas necessárias à conservação ou manutenção dos objetos apreendidos. Em suma, estas medidas destinam-se, no essencial, ao poder/dever de acautelar os meios de prova que se podem perder ou contaminar (Soares, 2014).

Denota-se, assim, o poder de discricionariedade real que as polícias detêm efetivamente neste domínio de atuação (Braz, 2013). Devemos considerar estas ações como “verdadeiros atos processuais que se projetam no processo em sentido formal, motivando a sua preparação e desenvolvimento, e fundamentando a sua conclusão” (Soares, 2014, p. 282).

Há que referir, porém, que essa discricionariedade tem os seus limites, como é exemplo o art. 248.º do CPP – Comunicação da notícia do crime³⁰. Este artigo estabelece o dever de comunicar ao Ministério Público (MP), no mais curto prazo possível e não podendo exceder 10 dias, todos os crimes de que se tenha tomado conhecimento, mesmo aqueles que se apesentem manifestamente infundados³¹ (nos termos do n.º 2 do mesmo artigo). De referir que a violação do dever de comunicação constitui uma mera irregularidade, sanável com a intervenção do MP no processo (não dispensando o eventual sancionamento disciplinar para o militar em falta) (Braz, 2013).

²⁸ Presentes no CPP, Livro VI – Das Fases Preliminares, Capítulo II – Das medidas cautelares e de polícia.

²⁹ Cfr. Art. 1.º al. b) do CPP.

³⁰ Remete-se este artigo para os arts.: 243.º n.º 3 do CPP; 2.º n.º 3 da LOIC.

³¹ Para efeitos de análise e correlação de informação.

Aprofundando a questão da comunicação ao MP, José Braz refere que é manifesta a preocupação do legislador em garantir a inexistência de investigação pré-processual desenvolvida a título de medidas cautelares, garantindo a rápida abertura do inquérito pelo MP, onde formal e materialmente decorrerá a investigação na sua dependência funcional (conforme os arts. 56.º e 263.º do CPP)³².

É também fundamental nesta fase a tipificação e descrição³³ do evento comunicado, suscetível de condicionar toda a ação subsequente. Verifica-se, desde logo, a importância do primeiro militar que chega ao local pois, “com bastante frequência são comunicados às polícias factos que, sendo social ou eticamente censuráveis, não constituem qualquer ilícito (...) apenas cível ou contra-ordenacional” (Braz, 2013, p. 205).

Segue-se o artigo fulcral no nosso trabalho de investigação – art. 249.º Providências cautelares quanto aos meios de prova – pois relaciona-se diretamente com as medidas necessárias e urgentes que devem ser tomadas pelo primeiro militar que chega ao local do crime.

Este artigo vem assegurar uma das mais importantes atividades/áreas que a IC comporta, o exame ao local do crime, momento decisivo na produção da prova (Braz, 2013). Este momento (primeira abordagem ao local) é crucial para acautelar a preservação e qualidade da prova e dá início à cadeia de custódia.

A preservação do local deverá garantir que ninguém ou nenhum factor (animais ou factores de natureza) entra ou sai do local do crime³⁴, toca, manipula ou altera algo que nele se encontre, ou seja, deve ser garantido o isolamento do local do crime (Braz, 2013). Contudo, parece que este modo de obtenção de prova é tido como uma exceção, pois não é possível sujeitar estas medidas a prévia autorização judicial, como é exigido na admissibilidade dos meios de obtenção de prova³⁵ (Braz, 2013).

É claro que as medidas cautelares tomadas não ficam dispensadas de controlo judicial, uma vez que os OPC devem elaborar um relatório nos termos do art. 253.º do CPP, remetido ao MP ou ao juiz de instrução, regra-geral, no prazo de 10 dias, mencionando as investigações efetuadas, resultados alcançados, descrição dos factos

³² Remete-se este artigo para os arts. 2.º da LOIC; 48.º e 53.º do CPP.

³³ Cfr.: arts. 99.º e 253.º do CPP. Será muito importante a adequada interpretação e valorização dos pormenores, particularidades e *modus operandi* relatados.

³⁴ Cfr.: arts. 171.º n.º 2 e 173.º n.º 1 do CPP e art. 32.º n.º 2 da LSI.

³⁵ Cfr.: art. 267.º do CPP, conjugado com o art. 263.º n.º 2 do mesmo diploma. Por regra, cabe ao MP promover a realização de diligências para provar a existência de um crime, determinar os seus agentes e recolher as provas. Não é o OPC por iniciativa própria que deve tomar essas diligências (por regra, salvo a exceção das medidas cautelares e de polícia).

apurados e provas recolhidas. No entanto, caso se tenham tomado as diligências previstas no art. 29.º da LSI³⁶ (Medidas especiais de polícia), nos termos do art. 33.º do mesmo diploma, esse prazo reduz-se para 48 horas para serem apreciadas e validadas no prazo máximo de 8 dias.

1.3. A Sociedade Atual e as suas Especificidades

O crime é um fenómeno inerente a uma sociedade. É por essa razão que se tem vindo a investir na área criminal, quer seja pelo reforço nas FFSS, quer seja através da especialização, formação...

Vários autores afirmam que a criminalidade tem vindo a aumentar³⁷. Carlos Ademar (2013, p.50) refere³⁸ que “ao longo destas pouco mais de duas décadas, a tendência é claramente de redução da taxa de sucesso”, comentando o aumento da percentagem de processos de homicídio que terminam no arquivo sem solução.

Parece-nos que não é correto justificar que a culpa destes factos é, tão só, por falha dos OPC. Se assim fosse, “bastaria diagnosticar as disfuncionalidades do organismo policial para debelar o problema (...)” (Ademar, 2013, p.51).

No mesmo artigo, Ademar refere que a taxa de sucesso nos Estados Unidos da América (EUA) ronda os 63%³⁹, ou seja, é inferior aos 70% verificados em Portugal apesar dos EUA estarem mais desenvolvidos tecnologicamente.

Estes números são sobretudo justificados pelo desenvolvimento da sociedade portuguesa, que exige uma constante adaptação por parte das FFSS. Quer seja pelas alterações legislativas que modificam os procedimentos, criam novas exigências, deveres e direitos, quer pela depressão económica da sociedade.

De outra forma, o cidadão hoje é, por norma, mais culto e capaz de estudar o que quiser de forma independente, sem sair de casa. Existem também outros fenómenos sociais que se alteram, não existindo já um grupo social onde todos se conhecem, o pecado não é suficiente para funcionar como regulador de comportamentos, as famílias não são tão

³⁶ Braz (2013, p.239) considera que as medidas de polícia e medidas especiais de polícia previstas na LSI (arts. 28.º a 34.º) concedem às FFSS, “maior autonomia e amplitude de ação do que aquela que diretamente resulta do regime estabelecido pelo CPP em matéria de medidas cautelares e de polícia”.

³⁷ Referência ao último Relatório Anual de Segurança Interna (IASI) de 2015, em que se apresenta um aumento da criminalidade geral: 356.032 participações (+1,3%).

³⁸ Apoiado nos elementos do Sistema Integrado de Informação Criminal da Polícia Judiciária.

³⁹ Verificando-se também uma tendência negativa já que nos anos 80 apresentava uma taxa de sucesso de 80%.

estáveis (Ademar, 2013) ...todos estes sistemas de controlo social tinham um papel positivo no que diz respeito à criminalidade da sociedade.

A evolução da sociedade levou à sofisticação e complexidade do crime e da produção de prova, tanto pelo referido anteriormente, como pelo conhecimento de direitos⁴⁰ dos cidadãos. Apesar de ser um avanço civilizacional positivo, não podemos deixar de afirmar que interfere na eficácia e na celeridade dos atos processuais (Ademar, 2013). Já vimos que os elementos dos OPC devem atuar em conformidade com a lei sob pena dos seus atos serem nulos e existir procedimento disciplinar.

Ademar (2013) apresenta também a perspetiva de que o sistema judicial está sujeito a alguma pressão por parte da comunidade⁴¹ (que tudo questiona, escrutina), fazendo com que seja cada vez mais exigente com a qualidade da prova, de uma forma geral, e à falta de confissão, o que vai acontecendo é que só com prova absolutamente concludente, que não deixe qualquer margem para o tal escrutínio social da decisão, é que a condenação se dá.

Apesar de existirem boas tecnologias científicas com resultados incontestáveis, exige-se dos militares um cuidado extremo na abordagem ao local do crime e no tratamento dos vestígios. As entidades e os elementos que poderão estar presentes no local do crime, inclusive fazer parte da gestão do local, têm de estar sensibilizados para o seu papel na inspeção ao local do crime e o valor que os seus atos poderão ter no decurso da IC (Ademar, 2015).

Consta no Caderno Técnico de 2014 – Procedimentos Técnicos na Gestão do Local do Crime que a Equipa de Inspeção Judiciária (EIJ) deverá ser constituída por um coordenador da EIJ pertencente à IC-Operativa acompanhado por um Investigador Operativo e dois Técnicos/Peritos de Criminalística quando possível (este número poderá ser alargado de acordo com a tipologia da cena a processar).

Sugere-se a definição do método de atuação na Inspeção Judiciária em três fases: atos preparatórios; inspeção judiciária; ações ulteriores. Atos preparatórios consistem em isolar o local para o proteger/preservar. Poderá existir o registo fotográfico e registo escrito dos pormenores. A inspeção judiciária é levada a cabo pelos elementos da EIJ e consiste em detetar vestígios, fazer a reconstituição dos factos, recolher e conservar vestígios e elaborar a ficha de inspeção judiciária. As ações ulteriores consistem em acondicionar e

⁴⁰ “Uma testemunha apresentar-se nas instalações policiais levando consigo um advogado foi durante muitos anos raro (...)” (Ademar, 2013, p. 56).

⁴¹ É exemplo a pressão mediática.

enviar os vestígios para o laboratório forense, elaborar o expediente para a entidade judicial e elaborar os relatórios tático (NIC) e técnico (NAT).

Apelamos à coordenação que poderá ser potenciada pelas Plataformas: Plataforma para o Intercâmbio de Informação Criminal (PIIC)⁴² e Sistema de Coordenação Operacional (SICOP). Estes sistemas permitirão articular os três OPC, dinamizar ações conjuntas de prevenção e de IC e avaliar a criminalidade em todo o território nacional. O SICOP será também uma mais-valia para estabelecer o contacto rápido entre os OPC, nomeadamente quando houver lugar à prática de atos cautelares e urgentes para assegurar os meios de prova.

Por fim, de referir novamente a pertinência da criação de um protocolo comum a todas as FFSS no âmbito da gestão do local do crime, de maneira a que todos os elementos das várias entidades presentes saibam o que devem fazer, de forma igual e determinada para todos.

1.4. Local do Crime

O local do crime é fulcral para a investigação de um crime de cenário o que é, desde logo, sustentado no célebre princípio enunciado por Edmond Locard e que refere que “entre o autor e o local há sempre troca de elementos” (Marques, 2007, p.5). Apesar de os autores dos crimes evitarem deixar as suas marcas no local, considera-se cientificamente impossível garantir que uma ação ou movimento não altere uma determinada ordem ou estado de coisas, pois implica necessariamente uma troca de substâncias e a produção de sinais ou vestígios⁴³ das alterações produzidas (Braz, 2013).

Podemos, então, afirmar que não existe um crime perfeito, pois a ação do agente criminoso estabelece necessariamente uma relação causa-efeito com o local, “susceptível de perdurar no tempo e de ser fisicamente identificável” (Braz, 2013, p.201).

Parece-nos que será tudo bastante fácil de desvendar já que o autor de um crime deixa sempre vestígios do seu percurso/ação. Mas pode não existir a capacidade de interpretar, analisar e identificar esses sinais ou vestígios, quer seja por o militar da

⁴² Objetivo também assumido no RASI 2015, como orientação estratégica a seguir para desenvolver, modernizar e racionalizar o Sistema de Segurança Interna.

⁴³ Nas palavras de Edmond Locard, às testemunhas mudas do acto criminoso (Braz, 2013).

investigação não empregar os meios mais adequados à recolha/análise do vestígio, ou por não existir ainda meio capaz de o analisar/detetar⁴⁴.

As ações desenvolvidas na abordagem ao local do crime têm um “efeito dominó” na subsequente investigação, pelo que é obrigatória a adoção de um conjunto de procedimentos que contribuem para a sua preservação (Silva, Belo, & Pereira, 2014).

Relativamente ao princípio de Locard enunciado anteriormente, fazemos uma interpretação extensiva, aplicando o princípio não só ao autor do facto criminoso, mas também a todos os envolvidos, que inclui os elementos da investigação, a emergência médica, os “patrulheiros”, mas também os curiosos...que poderão também promover a “troca de elementos”, isto é, contaminar o local e induzir a investigação em erro de avaliação.

É necessário tecer algumas considerações sobre saúde e segurança uma vez que quem opera num local do crime expõe-se a vários perigos, não sendo todos óbvios (UNODC, 2010). Deve ter-se atenção a substâncias químicas (laboratórios clandestinos), material biológico (nas seringas, etc.), artefactos explosivos não detonados, armas de fogo, estruturas inseguras, objetos pontiagudos ou cortantes...

Deve ser dada preferência ao uso de material descartável. Contudo, máquinas fotográficas, ferramentas, blocos de notas... deverão ser alvo de descontaminação (Ademar, 2015). Antes do abandono do local do crime é dever da equipa de cena do crime providenciar pela sua limpeza.

1.5. Definição de Local do Crime

Podem existir diversas definições de local do crime, dependendo, por exemplo, da perspectiva de quem o analisa. Interessa-nos definir o conceito na perspectiva do primeiro interveniente policial no local do crime.

Deste modo, aquilo que genericamente se designa por local do crime consiste no primeiro momento conhecido, imediatamente após a execução do crime e potencialmente suscetível de conter um conjunto de sinais e de vestígios, cuja interpretação carece de uma abordagem específica (Braz, 2013).

⁴⁴ “(...) impossibilidade resultante do estágio de desenvolvimento do conhecimento e da ciência (...)” (Braz, 2013, p.201).

O local do crime é uma forma de comunicação codificada entre o autor do crime e o OPC que investiga (Marques, 2007), e pode estar direta ou indiretamente relacionado com a prática de um crime (Judiciária, 2009).

Aos olhos do primeiro interveniente policial, importa saber se o local é aberto ou fechado (pela maior/menor facilidade em delimitar e isolar), se fica numa zona conflituosa (adversa aos OPC), se é de fácil acesso, se tem muito tráfego ou transeuntes, se já lá estão órgãos de comunicação social e familiares, etc.

Braz (2013) comenta que a investigação criminal terá que intervir muito depressa e muito bem, cientes de que ao deixar o local do crime, jamais lá poderão voltar nas mesmas circunstâncias (o tempo não se repete – irreversibilidade do ato), não podendo reanalisar o cenário de igual modo ou detetar da mesma forma algum vestígio que não tenha sido detetado ou tenha sido desvalorizado.

O “primeiro momento”, ou seja, a primeira abordagem ao local, poderá apresentar um cenário tal como se encontrava após a realização do facto criminoso (por isso é muito importante para a reconstrução dos factos ou seu circunstancialismo – primeiro objetivo da IC), se é que ainda não terá sofrido alterações resultantes da ação humana, da intervenção de animais ou de fenómenos da natureza (Marques, 2007).

“Não existe nenhuma regra para definir o espaço físico do crime a isolar sujeito a preservação” (Marques, 2007, p. 24). A sua definição depende do tipo de crime em causa, do local e do *modus operandi* utilizado pelo autor. São estes factores que vão determinar os vestígios que se poderão encontrar.

1.6. Gestão do local do crime

A inspeção ao local do crime ocorre, normalmente, quando se dá o primeiro contacto das equipas de investigação criminal com o evento criminoso, permitindo assim a recolha de provas (materiais e pessoais) e de informações relevantes para a reconstrução dos factos. Assim, Braz (2013) caracteriza sistematicamente os procedimentos no local do crime como: primeiro contacto da polícia com o evento criminoso que será objeto de investigação; permite a recolha de elementos probatórios cruciais para o resto da investigação; permite, frequentemente, o estabelecimento de um nexo causal (que carece de demonstração) entre a ação criminosa e o seu autor.

Pelo exposto, afirmamos que a inspeção ao local do crime será um dos momentos mais importantes da investigação criminal, capaz de influenciar todo o seu desenrolar subsequente. Por conseguinte, é uma das atividades policiais que maior grau de exigência impõe, designadamente no que respeita (Braz, 2013, p.202): “à preparação técnica e à experiência profissional do investigador; à criação e gestão de estruturas funcionais, multidisciplinares e especializadas, dotadas de elevada mobilidade operacional e capacidade técnica”. Exige-se ao OPC de primeira intervenção no local do crime, no primeiro contacto e ao investigador “já munido de aperfeiçoados conhecimentos e suportado em meios técnicos e apoio especializado, rigor, perspicácia e iniciativa” (Marques, 2007, p. 5).

Advém dessa exigência, e de outros factores⁴⁵, a expressão de que o local do crime é complexo, precário e frágil. A gestão do local do crime deve ser tida em conta desde o primeiro momento, garantindo a sua fixação e preservação sob pena de perda irremediável, e caracteriza-se por ter carácter urgente (tempo é potencial factor de destruição), ser precisa a nível de procedimentos e técnicas utilizadas (cadeia de custódia – preservação e inviolabilidade dos elementos obtidos) e rigorosa a nível legislativo⁴⁶.

“OPC da GNR apenas deverá trabalhar depressa e bem com base na utilização de uma temática metodologia de ação suscetível de disciplinar a perfeição e o rigor técnico e tático desta atividade policial” (Marques, 2007, p. 6).

A gestão do local do crime necessita de uma equipa multidisciplinar, de apoio técnico-científico e logístico, que atue de forma organizada, articulada, sistematicamente coordenada e que trabalhe com procedimentos específicos no local do crime de forma a garantir a cadeia de custódia de forma rigorosa (Marques, 2007).

A gestão do local do crime⁴⁷ vem definida na NEP/GNR – 9.04 – CIC de 09 de outubro de 2003, que define que, sem prejuízo da competência técnica do NAT, cabe aos investigadores (NIC) a responsabilidade tática da condução (controlo) das inspeções, afirmando-se que os militares do NAT atuam subordinados aos interesses do investigador designado (Marques, 2007).

Podem participar no local do crime intervenientes policiais, institucionais e não institucionais:

⁴⁵ Capazes de contaminar os vestígios, por múltiplos fatores externos, humanos ou naturais, voluntários ou involuntários.

⁴⁶ Como vimos anteriormente, sob pena de levar à nulidade dos atos praticados.

⁴⁷ Equipas a empenhar, responsabilidades e competências...

- Primeiro interveniente (patrulha às ocorrências, por exemplo);
- Órgão competente de Investigação Criminal Operativa (NIC, por exemplo);
- Núcleo de Apoio Técnico (NAT);
- Equipa de apoio psicossocial da GNR;
- Autoridade de Saúde;
- Perito médico;
- Emergência médica ou bombeiros;
- Peritos do Laboratório de Polícia Científica;
- Peritos do Instituto de Medicina Legal...

A gestão do local do crime engloba tipicamente quatro atuações, por ordem: Atuações prévias; Inspeção Judiciária; Atuações complementares; Atuações finais (Marques, 2007). No nosso trabalho cingimo-nos às atuações prévias.

Pode afirmar-se que as atuações prévias começam desde logo com a notícia do crime⁴⁸ à GNR (nos casos em que não tem conhecimento direto e presencial da situação). É nesta fase que se inserem as medidas cautelares e de polícia desenvolvidas anteriormente. Devem registar-se, desde logo, todas as atividades, observações, informações e ações pertinentes. No âmbito da recolha de informação, há que ter em conta (Silva, Belo, & Pereira, 2014, p. 12):

- Tipo de crime (competência legal para investigação, meios a ativar...);
- Data e hora (da comunicação, da prática do facto, chegada ao local);
- Local da ocorrência (competência territorial, itinerários de aproximação);
- Identificação do comunicante (relação com o ofendido/vítima);
- Suspeitos (descrição, meio de transporte, armamento...);
- Dar recomendações ao comunicante (isolar e preservar o local, não mexer);
- Confirmar comunicação e factos.

Depois, a deslocação e a abordagem ao local devem ser feitas tendo em consideração a segurança dos militares⁴⁹ e, tendo especial atenção em evitar transformar, alterar ou danificar eventuais vestígios⁵⁰, em suma, para não mexer em nada involuntariamente (guardar as mãos nos bolsos, por exemplo). Fisher (2004) até refere que,

⁴⁸ É importante registar, desde logo, toda a informação possível e de interesse que faculte uma perspetiva globalizante do circunstancialismo da ocorrência para que se adotem procedimentos padrão (Marques, 2007).

⁴⁹ Observar a presença e movimento de pessoas e veículos (referenciar se necessário) e de outras circunstâncias ambientais. Assegurar que não há qualquer ameaça imediata para o próprio ou terceiros, pesquisando toda a área envolvendo observando eventuais fontes de perigo.

⁵⁰ Podem estar no local da ocorrência, nas suas imediações, respetivos acessos e itinerários. Verificar se existe uma cena de crime secundária.

por vezes, não aconselha a colocar luvas pois leva a uma menor preocupação (por sentir que existe menos probabilidade de contaminar a cena do crime) e se possa mexer em algum objeto involuntariamente.

Esta primeira abordagem ao local não visa uma intervenção investigatória e inspetiva, mas sim uma atitude de prevenção e proteção do local.

Se for necessário ter cuidados com alguma vítima (prioridade de atuação, a salvaguarda da vida prevalece sobre qualquer outra prioridade)⁵¹:

- Marcar a silhueta da sua posição antes de a retirar do local, se possível;
- Verificar sinais precoces de morte (verificar se tem algo nas mãos – não tocar);
- Identificar a vítima, elementos de emergência médica e para que centro hospitalar foi transportada (se necessário, acompanhar a vítima, sem nunca deixar o local abandonado);

- Instruir os elementos de emergência médica sobre os cuidados a ter;
- Controlar familiares, amigos e curiosos.

Chegando ao local, existem um conjunto de tarefas-padrão que importa realizar, atendendo à priorização dos esforços (Hart, 2004)⁵²:

- Verificar se existem cuidados a tomar (socorros, preservar vestígio...);
- Definir e delimitar o espaço físico do local do crime, sempre por excesso⁵³;
- Garantir a segurança dos elementos (revistar suspeitos se necessário – art. 249.º n.º 2 al. e) e art. 174.º n.º 4 do CPP);
- Definir corredor de acesso comum;
- Fixar e registar cenário (fotografar, por exemplo), se necessário⁵⁴;
- Controlar entradas e saídas (identificar todos os intervenientes – Anexo B);
- Afastar curiosos⁵⁵;
- Identificar testemunhas (obrigar a permanecer no local se necessário);
- Realizar entrevistas urgentes se for necessário, para compreender a situação⁵⁶;

⁵¹ Tentar sensibilizar todos os elementos de emergência médica para trabalhar sem causar danos que prejudiquem a inspeção ao local (Marques, 2007).

⁵² Não só tendo por base este documento, como também todos os outros manuais de procedimentos.

⁵³ No caso de homicídio, por exemplo, é provável encontrar-se mais provas físicas na área mais próxima do corpo, regra geral. Mas há exceções, deve-se ter em conta os acessos, outros locais onde a vítima possa ter sido morta, locais nas imediações onde o criminoso possa ter deitado fora provas...

⁵⁴ Não é tarefa do primeiro interveniente policial (fazer croquis, levantamento fotográfico). Essas tarefas são da competência do NAT ou da entidade competente para a investigação.

⁵⁵ Inclusive outros militares ou OPC não autorizados (arts. 249.º n.º 2 al. a) e 171.º n.º 4 do CPP).

⁵⁶ Fazê-lo em local afastado do facto, habitação ou viatura da GNR.

- Apreender objetos que tivessem servido para a prática do crime (art. 249.º n.º 2 al. c) e art. 178.º n.º 1 e 5 do CPP);
- Não prestar declarações aos Órgãos de Comunicação Social, afastar o máximo possível;
- Definir local para colocar lixo e equipamento;
- Transmitir à equipa de investigação criminal toda a informação registada.
- Lavrar auto circunstanciado de tudo quanto presenciou e diligenciou (relatório previsto no art. 253.º do CPP);

Quanto ao isolamento do local, após se definirem os limites do local do crime, importa isolar a área e os acessos com os melhores meios possíveis (cordas, cones, fita de isolamento modelo GNR com “área interdita”, veículos disponíveis...) (Marques, 2007).

Convém acrescentar que são procedimentos incorretos no local: “fumar, apagar cigarros, mascar pastilhas, utilizar telefone, a casa de banho, torneiras, comer ou beber, mexer nos objetos, ajustar aquecimento, abrir ou fechar janelas (...)” (Marques, 2007, p. 27). Não se deve descurar a comunicação com o escalão superior e, se necessário, há que contactar outras entidades e solicitar reforços.

Detalhando o relatório que deve ser elaborado no final da atuação, devem-se considerar os seguintes elementos (Ademar, 2015): comunicante, militar e hora; intervenientes e hora de chegada ao local; descrição tanto quanto possível clara do local e dos vestígios; identificação da vítima, testemunhas e eventuais suspeitos; sinais tardios de morte e lesões (em caso de existência de cadáver); informação recolhida pelas testemunhas.

Os miliares terão de estar atentos à contaminação do local, ou seja, “a indesejável e involuntária ou a voluntária, transferência de material de outra fonte, superfície ou suporte, para outra que possa ser considerada como vestígios de ocorrência de um crime” (Silva, Belo, & Pereira, 2014, p. 35). Detetado um foco de contaminação, é importante identificar o elemento por ele responsável, perceber o motivo da contaminação e realizar um despiste preliminar. Esta preocupação permite que não sejam levantadas dúvidas desnecessárias no futuro.

Apresentamos em Apêndice C um apanhado sistemático dos procedimentos a adotar. É de elaboração própria, tendo por base os diversos manuais de procedimentos. Tem como finalidade servir como guia prático a ser seguido pelo primeiro interveniente policial no local do crime.

1.7. Problemas precedentes à equipa de investigação

Existem algumas razões comuns, a elencar⁵⁷, que levam à falha na recuperação de elementos de prova na cena de um crime. Supondo que não existe um crime perfeito, segundo o princípio de Locard, as causas de não serem encontradas provas podem ser (Marques, 2007):

- Abordagem ao local com rapidez, ou seja, todos os movimentos devem ser calmos e deliberados;
- Deficiente definição e delimitação da cena do crime;
- Deficiente isolamento e proteção do local (inclusive permitir entrada de OPC desnecessários no local);
- Defeituosa preservação da cena e respetivos vestígios;
- Utilizar a casa de banho, torneiras, comer, fumar, usar toalhas...do local do crime;
- Contaminação do local;
- Descurar a higiene e segurança no local (embalagens, material usado, luvas...devem ser levados do local);
- Ignorar o que se passa em redor do local, fora do perímetro estabelecido;
- Responder inconscientemente aos órgãos de comunicação social;
- Abandono do local ou do perímetro sem as equipas especializadas terem terminado o seu trabalho;
- Ausência de liderança, falta de coordenação;

Temos que admitir que, inevitavelmente, existam alguns vestígios destruídos por transeuntes antes da chegada do primeiro OPC. Contudo, “após a chegada do primeiro militar não se pode perder mais nenhum vestígio ou indício” (Marques, 2007, p. 29). Fisher (2004) profere outra observação interessante: os elementos policiais no local do crime devem sentir embaraço se forem identificadas as suas impressões digitais no local do crime devendo, contudo, assumir o lapso para não se efetuarem diligências desnecessárias.

Existem outros aspetos que merecem especial atenção em situações específicas, como é o caso das ocorrências relacionadas com crimes sexuais. Nestes casos, não se deve permitir, tanto ao suspeito como à vítima, lavar as mãos ou trocar de roupa; se já não

⁵⁷ Previstas também no Manual de Gestão do Local do crime da GNR.

vestirem as roupas utilizadas durante o facto estas devem ser embaladas separadamente; não efetuar demasiadas perguntas à vítima (evitar a vitimização secundária⁵⁸).

O sucesso da investigação depende em grande parte da intervenção dos primeiros elementos policiais a chegar ao local do crime e à completa entrega do local do crime ao OPC competente para a investigação (Silva, Belo, & Pereira, 2014). Assim, a intervenção assenta essencialmente em quatro pilares: primeira abordagem de natureza preventiva e protetiva, onde se recolhe o máximo de informação possível; rápida comunicação à entidade competente para a investigação, quer seja na GNR ou em outro OPC; fiável e completa transmissão de informação recolhida, pessoas relacionadas, objetos apreendidos e relato das diligências desenvolvidas; e não praticar atos materiais de investigação, cingindo-se às medidas cautelares e de polícia em caso de necessidade.

Realçamos o carácter necessário e urgente de algumas tarefas a cumprir pelo primeiro interveniente policial, não as devendo este confundir com as funções das equipas de IC.

⁵⁸ Acontece quando a vítima é obrigada a responder demasiadas vezes, a entidades diferentes, às mesmas questões, relembrando novamente o que aconteceu. Associa-se também às situações em que se desconfia da vítima, pela incoerência da história, fazendo com que a vítima se sinta incompreendida e desprotegida.

CAPÍTULO II

METODOLOGIA

Para que uma pesquisa seja considerada científica, é necessário apresentar o método que possibilitou chegar ao conhecimento, como se traçou o caminho a seguir, os procedimentos intelectuais e técnicos adotados (Gil, 1999).

2.1. Natureza da investigação

Este trabalho insere-se numa matriz de investigação aplicada pois pretende-se gerar conhecimentos (acerca da gestão do local do crime) para a aplicação prática (descrever os procedimentos do primeiro interveniente policial que chega ao local do crime – guia prático) dirigidos à solução de problemas específicos (a problemática em causa consiste em identificar as repercussões que podem advir de erros/falhas cometidas na abordagem/gestão do local do crime).

O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos (Gil, 1999). Para garantir a objetividade no estudo, utilizámos o método comparativo. Pelo método comparativo, estudámos os diferentes Manuais das várias FFSS (nacionais e internacionais), com o intuito de extrair os melhores procedimentos, mediante a comparação estabelecida de semelhanças e/ou diferenças.

O nosso quadro de referência, ou seja, a forma como sugerimos normas de procedimento científico (Gil, 1999), é o materialismo histórico pois enfatizamos a dimensão histórica dos processos sociais, a legislação vigente e os problemas atuais para interpretar o nosso estudo.

Este trabalho assume contornos exploratório-explicativos. Deste modo, a primeira fase da investigação foi de nível exploratório, na qual procurámos obter informações contextuais e conceptuais (proporcionando uma visão geral) através de levantamento bibliográfico e documental, com a finalidade de desenvolver e esclarecer os principais conceitos, que nos auxiliaram nas respostas às questões de investigação. No modo explicativo pretendemos compreender o fenómeno, identificando os factores que

determinam ou contribuem para a gestão do local do crime. Este tipo de pesquisa permitiu-nos aprofundar o conhecimento acerca da matéria.

2.2. Abordagem/Bases lógicas

Nesta investigação seguimos um método dedutivo, partindo do geral para o particular (Gil, 1999), ou seja, iniciámos o estudo com base em toda a legislação, contextualização e manuais de procedimentos de forma a concluir o trabalho num guia prático de gestão do local do crime através de uma construção lógica. Desta forma, pretendemos chegar a um caso particular, os procedimentos específicos do primeiro interveniente entre toda a gestão do local do crime (considerando-se a “lei geral”). Assim, partimos de “princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis para chegarmos às nossas conclusões de maneira puramente formal” (Gil, 1999, p.27).

Assumimos que a investigação tem uma abordagem mista. Apesar de ser maioritariamente qualitativa, pois interpretamos as características do local do crime, a sociedade atual, o enquadramento legal...correlacionamos também alguns dados estatísticos. Apesar de se ter feito uma abordagem estatística simples, acreditamos que esse factor fornece, de igual forma, uma vertente quantitativa à investigação, fazendo com que lhe seja atribuída uma qualificação mista.

2.3. Desenho de estudo



CAPÍTULO III

MÉTODOS E MATERIAIS

3.1. Caracterização do contexto

A investigação foi circunscrita no tempo, sendo o intervalo temporal em análise desde o ano de 2008 (ano em que a LOIC foi criada)⁵⁹ até hoje, bem como todos os documentos anteriores que se associam à Lei em causa.

Em termos de espaço, a investigação não teve limites espaciais definidos. Apesar de termos consultado alguns materiais internacionais, referimo-nos apenas, no decorrer do trabalho, aos militares da GNR e à situação criminal de Portugal. Por isso, a referência que tomámos foi a gestão de local do crime circunscrita a Portugal.

3.2. Técnicas de recolha de dados

Para delinear o nosso estudo/recolher os dados recorreremos à pesquisa bibliográfica, documental e ao levantamento.

A pesquisa bibliográfica já foi assumida aquando do estudo exploratório, consistindo na análise de conteúdo. A pesquisa documental assemelha-se à bibliográfica mas diz respeito aos documentos institucionais (NEPs, circulares...) e estatísticas estudadas. Já o levantamento consiste na recolha de informações através da aplicação de inquéritos por questionários aos militares da GNR, mais propriamente a uma amostra seleccionada (Destacamento Territorial de Coimbra).

O questionário (Apêndice A) é constituído, sobretudo, por questões abertas e dependentes (resposta depende de uma resposta dada numa questão anterior). Relativamente ao conteúdo das questões, estas relacionam-se com questões comportamentais (passado) e padrões de ação (comportamento provável em situações específicas). Na sua fase inicial, apresentamos uma introdução do questionário, com

⁵⁹ Fazemos referência à LOIC em vigor. Antes desta existia a LOIC datada de 2000.

informações acerca do autor, do estudo e das razões que determinam a sua realização. Explica-se também a importância das respostas dadas e o anonimato dos dados.

Foi realizado um pré-teste do questionário para constatar eventuais falhas de redação, tendo sido aplicado a 20 militares da GNR do XXI Curso de Formação de Oficiais da GNR, nossos camaradas de curso.

A distribuição do questionário foi realizada por correio interno do Destacamento Territorial de Coimbra para os diversos Postos e Núcleos pertencentes.

3.3. Procedimentos de amostragem

A população que pretendemos representar é todo o universo da GNR, isto é, todos os militares que a constituem.

Recorremos a uma amostragem por tipicidade (seleccionamos um subgrupo que se considera representativo de toda a população) (Gil, 1999), sendo que constituem a nossa amostra todos os militares do Destacamento Territorial de Coimbra (125 militares). Pretendemos abranger todos os Postos adstritos ao Destacamento Territorial, incluindo as diferentes Secções e Núcleos do mesmo.

Desta forma, todos os militares do Destacamento responderam ao questionário, independentemente da sua área ou colocação.

3.4. Técnicas de tratamento e análise de dados

Depois da fase de recolha de todo o material bibliográfico e documental, iniciou-se a fase da análise de conteúdo, na qual se destacou e registou a informação pertinente com vista a correlacionar a informação.

Para a análise estatística dos dados, começámos pela tabulação dos resultados em suporte de papel, seguimos pela sua descrição e interpretação (Gil, 1999). Na descrição dos dados definimos estatisticamente as respostas no seu global e, quando necessário (Quadro n.º 1), identificámos a tendência. Por fim, interpretamos os resultados relacionando com a matéria estudada, como é exemplo o Capítulo VI.

Como referimos, o registo dos dados foi feito em suporte de papel, o cálculo estatístico não tem o auxílio de nenhuma ferramenta/programa de análise estatística e a apresentação gráfica é projetada através do Microsoft Office Excel 2007.

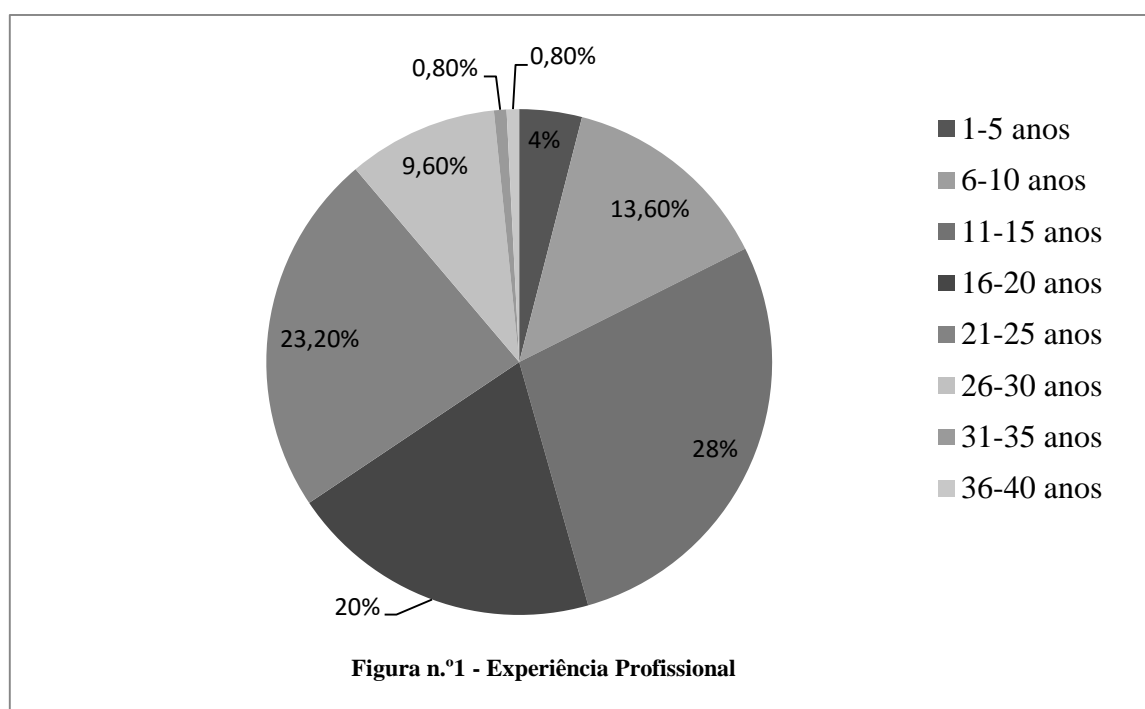
CAPÍTULO IV

RESULTADOS

Neste Capítulo cumpre-nos apresentar os dados apurados pelos inquiridos por questionário, procedendo à respetiva análise de forma clara e objetiva sem interpretações.

A estrutura do questionário (Apêndice A) já foi apresentada no ponto 3.2. Técnicas de recolha de dados. São expostos no Apêndice B um conjunto de gráficos e resultados referentes à análise estatística dos questionários.

Os questionários foram aplicados ao Destacamento Territorial de Coimbra⁶⁰, pelo que foram respondidos única e exclusivamente por militares da GNR, por um total de 125 militares (sendo 117 da classe de Guardas e 8 da classe de Sargentos).

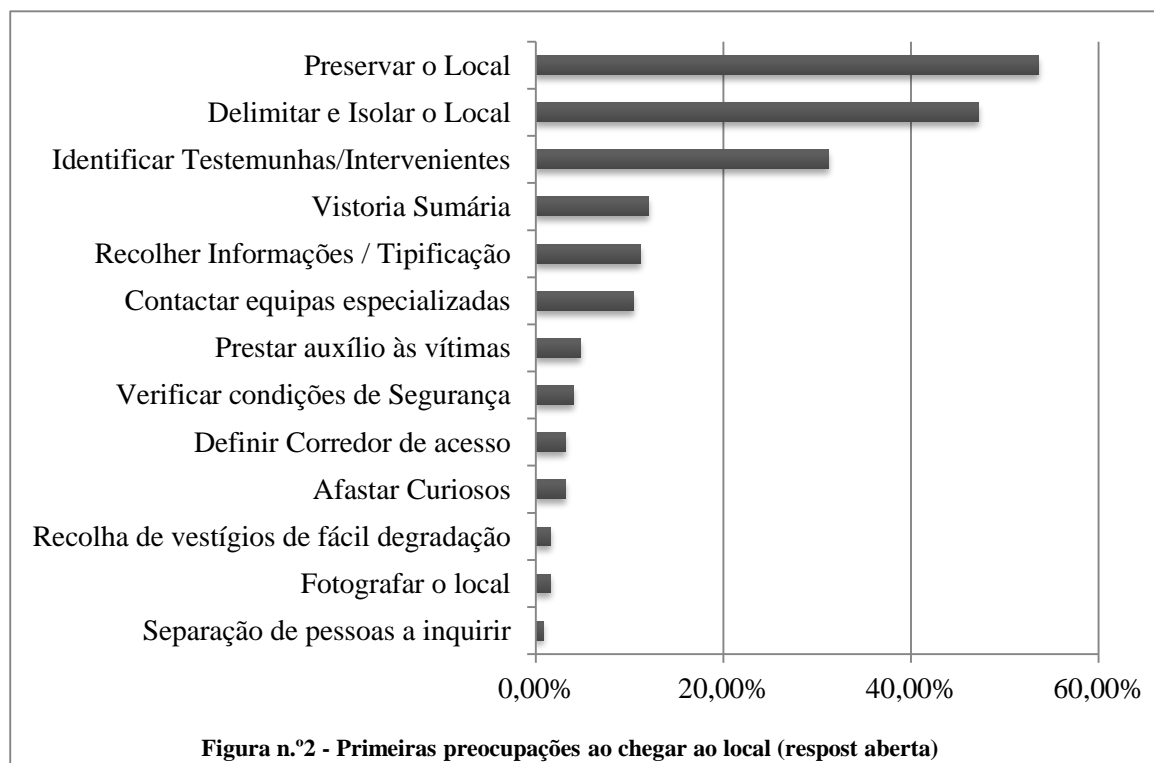


A Figura n.º 1- Experiência Profissional, diz respeito à primeira questão do questionário. Verifica-se que não existe uma tendência dos resultados, ou seja, a experiência profissional dos militares está uniformemente distribuída. Assim, constatamos que o intervalo de tempo com maior número de militares (28%) é o de 11-15 anos de

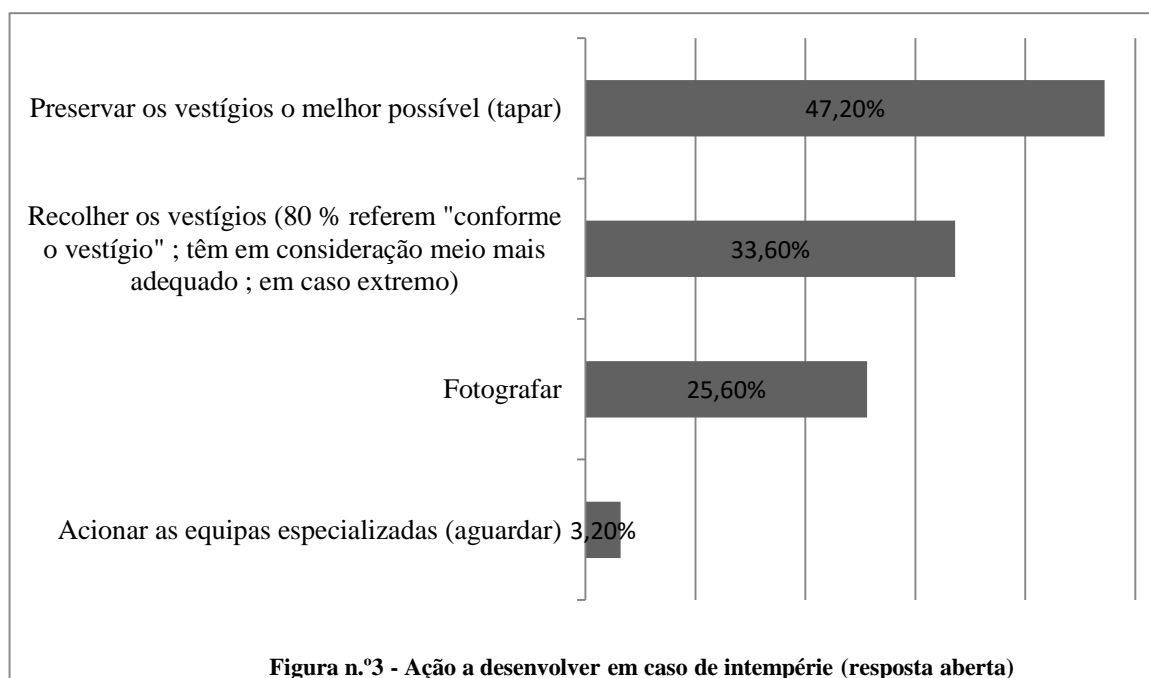
⁶⁰ Entenda-se a todo o Destacamento e respetivos Postos (Condeixa-a-Nova, Penacova, Souselas e Taveiro).

experiência profissional. Seguem-se os períodos de 21-25 e 16-20, com valores ligeiramente mais baixos, de 23,2% e 20%, respetivamente. O período de 6-10 anos de experiência conta com 13,6% dos militares, o de 26-30 anos com 9,60%, o de 1-5 anos com 4% e os períodos 31-35 e 36-40 anos, cada um com 0,8%.

Do total da amostra, 88% dos militares já atuaram num local do crime (contando que seja um cenário de origem diversa). Destes militares, apresenta-se na Figura n.º 2 as suas primeiras preocupações a chegar ao local. Trata-se de uma questão de resposta aberta e, por ordem decrescente de ações a tomar em primeira circunstância, verifica-se que 53,6% preservou o local; 47,2% delimitou e isolou o local; 31,2% identificou testemunhas/intervenientes; 12% realizou uma vistoria sumária para verificar se existem vestígios; 11,2% recolheu informações para verificar as circunstâncias/tipificar o crime; 10,4% preocupou-se em contactar as equipas especializadas (NIC, NAT, PJ...) e aguardou; 4,8% prestou auxílio às vítimas; 4% garantiu as condições de segurança; 3,2% necessitou de afastar curiosos; 3,2% definiu um corredor de acesso; 1,6% fotografou o local e vestígios; e 0,8% preocupou-se em separar as pessoas a inquirir.



A questão 6 do questionário interroga o militar acerca dos procedimentos em caso de intempérie, tendo em conta a salvaguarda dos vestígios. A Figura n.º 3 representa as respostas dadas à questão:



Tipificaram-se 4 respostas, sendo que 47,20% dos militares optavam por preservar os vestígios o melhor possível (cobrir ou tapar, por exemplo); 33,60% recolhiam os vestígios (80% dos militares referem que essa recolha depende do vestígio a preservar; referem também que têm em consideração os meios mais adequados e que essa recolha deve ser realizada em casos extremos); 25,60% apenas fotografava o/os vestígios; e 3,20% optava por acionar as equipas especializadas e aguardava a sua chegada.

No Apêndice B apresenta-se o Quadro n.º 1 – Prioridade de ação na primeira abordagem. O Quadro associa-se à questão 7 do questionário, que consiste em apontar por ordem de importância, quais são as preocupações na primeira abordagem ao local do crime. No Quadro estão registados todos os valores relativos às respostas fornecidas, podendo concluir que, analisando as tarefas com maior incidência em cada linha:

- | | |
|---|--|
| 1º- Delimitação do local do crime; | 5º- Verificar se há suspeitos; |
| 2º- Cuidados com a contaminação dos vestígios; | 6º- Identificação de testemunhas; |
| 3º- Estabelecer corredor de acesso; | 7º- Registo de informações; |
| 4º- Vestígios de fácil degradação; | 8º- Afastar curiosos. |

Há outros resultados que têm relevância para a nossa investigação, como vamos constatar no Capítulo seguinte. Faz-se agora referência aos questionários aplicados pelo

Aspirante de Infantaria Luís Molano, no âmbito do seu Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada, também ele a frequentar o Mestrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança. O seu trabalho de investigação tem como tema “Da formação inicial ao primeiro ano de serviço efetivo: Curso de Formação de Guardas 2014/2015”, ou seja, visa estudar o grau de preparação dos Guardas quando terminam o Curso de Formação de Guardas, com o objetivo de verificar quais os aspetos do curso que podem ser melhorados.

O Aspirante Molano aplicou questionários ao Curso de Formação de Guardas 2014/2015, enquanto se encontravam numa fase final da formação, por forma a apurar qual o nível de confiança/preparação tinham/sentiam em relação às variadas matérias. Foram concluídos 395 questionários, conforme consta em Anexo C – Grau de Preparação do Curso de Formação de Guardas 2014/2015⁶¹. As questões lançadas eram de resposta fechada, podendo escolher entre “Não preparou” a “Preparou Muito”, constituindo 4 níveis de preparação para os inquiridos.



Figura n.º 4 – Compreender as noções gerais de Direito, os princípios dos Códigos Penal e Processual Penal

Fonte: Molano, 2016

O gráfico da Figura n.º 4 representa as respostas à primeira questão do questionário. A maioria, 64,81% dos inquiridos, respondeu que se sente preparado em compreender noções gerais de Direito, nomeadamente de CP e CPP. Por seu turno, 29,37% responderam que prepararam pouco estas matérias. Os valores dos restantes níveis de preparação consideram-se residuais.

⁶¹ Constam no anexo somente as questões com pertinência para a nossa investigação.

A Figura n.º 5 refere-se à questão 5 do questionário. Os inquiridos responderam também em maioria, sendo que 68,86% admitem sentir-se preparados na tipificação de crimes. No entanto, 20,76% respondeu que se sente pouco preparado. Os valores dos restantes níveis de preparação consideram-se residuais.

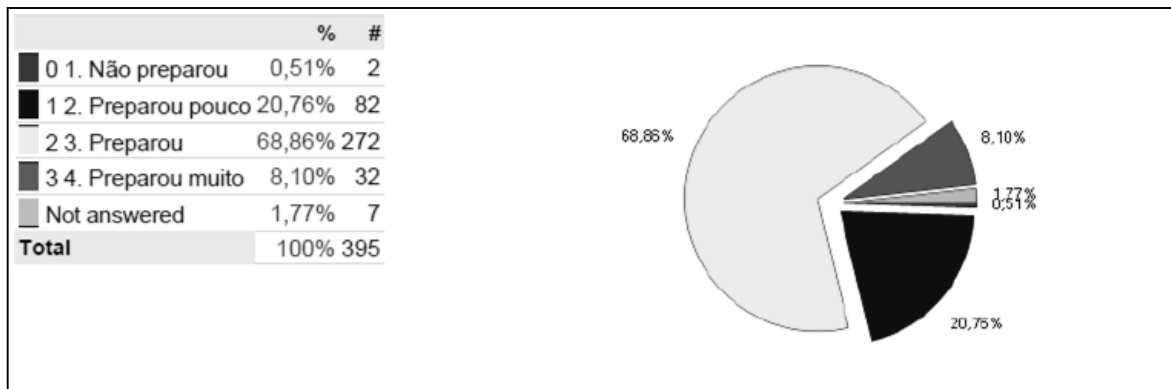


Figura n.º 5 – Interpretar o Código Penal e enquadrar os factos nos tipos legais de crime

Fonte: Molano, 2016

Outra questão com relevância para o nosso trabalho é a n.º11. Através da Figura n.º 6 que se segue, constatamos que continua a existir uma maioria⁶² que responde sentir-se preparado nos procedimentos no local do crime⁶³. Na mesma questão, 30,38% responderam que prepararam pouco esta matéria e 9,62% responderam que prepararam muito.

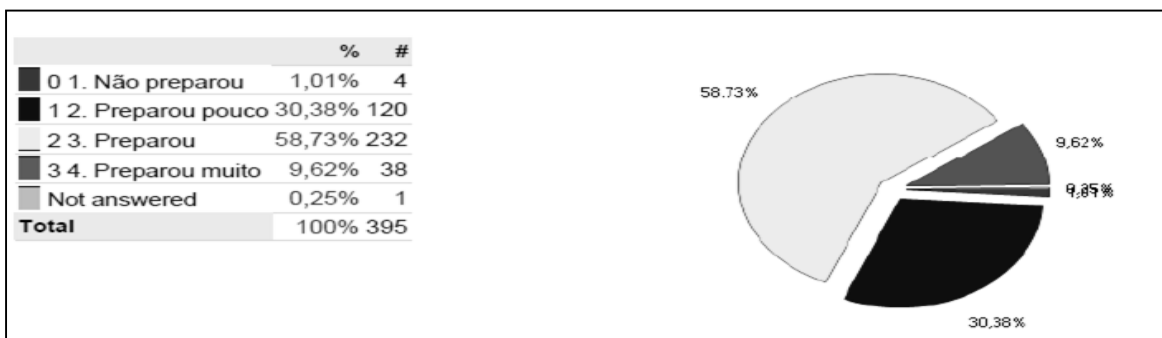


Figura n.º 6 – Aplicar técnicas de preservação e conservação de vestígios e outros indícios de crime

Fonte: Molano, 2016

Por fim, interessa-nos a questão 12 do questionário, representada pela Figura n.º 7 do nosso trabalho. Esta questão aborda os procedimentos corretos a ter em conta numa

⁶² Verifica-se que a maioria é relativamente inferior, em comparação com as respostas dadas anteriormente.

⁶³ Relacionados com a preservação e conservação de vestígios.

busca, sendo que 61,01% dos inquiridos respondeu que preparou, 29,62% que preparou pouco e 8,61% que preparou muito.

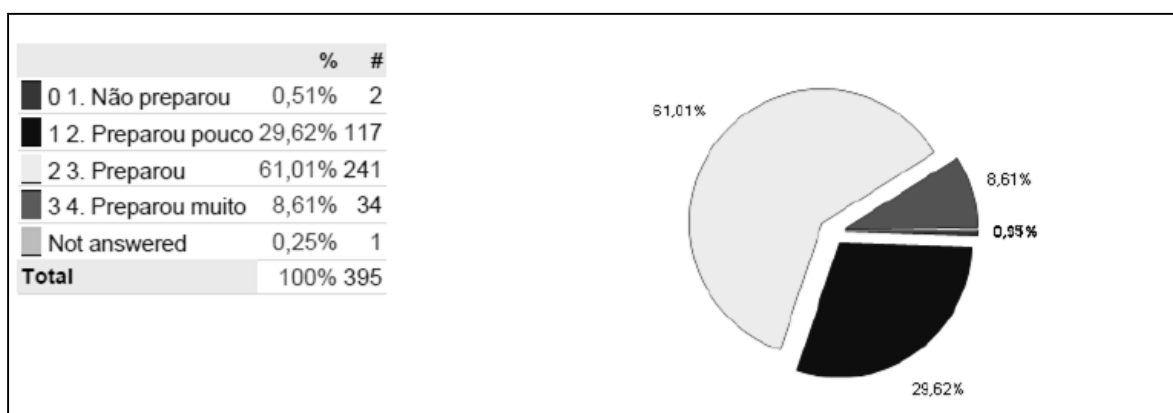


Figura n.º 7 – Efetuar os procedimentos corretos numa busca

Fonte: Molano, 2016

Verificamos no Anexo D – Plano da matéria de Investigação Criminal (no Curso de Formação de Guardas) que são lecionadas no total 30 horas de instrução sendo que, relativamente a assuntos que interessam ao nosso estudo, está previsto 1 tempo letivo, entre outros objetivos, para enunciar as principais técnicas de registo, croquis e fotografia. Também no mesmo módulo de Investigação Criminal, prevêem-se 2 tempos letivos para conhecer a atuação da GNR perante a notícia de um crime (enquadramento legal, procedimento e responsabilidade na gestão do local do crime).

CAPÍTULO V

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este Capítulo associa-se intimamente ao Capítulo anterior. Fundamenta-se o que de mais relevante se extraiu dos resultados, o seu significado e eventuais correlações.

Após a análise, aproveitam-se os dados para dar resposta fundamentada às questões de investigação lançadas inicialmente.

6.1. Análise dos Questionários

Como vimos no Capítulo I – Revisão da Literatura, vivemos num Estado de Direito e por isso, exige-se o cumprimento da lei (princípio da legalidade) e o poder judicial é cada vez mais exigente com a qualidade da prova.

Referente a essa questão, analisamos a Figura n.º 5 que demonstra uma maioria absoluta (64,81%) diz-se preparado no que diz respeito ao grau de preparação dos militares nas noções gerais de Direito e em matérias penais. Parece-nos que estamos perante um panorama positivo no que diz respeito à formação dos militares nesta área. Contudo, existem cerca de 30% de militares que considera que preparou pouco estas matérias. Consideramos um valor que não deve ser ignorado, pelo que deve-se trabalhar de forma direccionada para tentar melhorar esse pequeno grupo (aspeto a desenvolver por outro trabalho/investigação).

Abordamos agora as Figuras n.º 6 e n.º 7, que dizem respeito à atuação dos militares no local do crime (preservação de vestígios e procedimentos, respetivamente). Em ambas as questões, cerca de 60% dos militares respondeu sentir-se preparado para aplicar estas matérias e cerca de 30% sente-se pouco preparado. Os resultados não nos surpreendem pois exige-se que a maioria dos militares se sinta capaz para atuar num local do crime, como vimos, a LOIC pressupõe que todos os OPC devem estar aptos a intervir de forma eficiente num cenário criminal no que diz respeito aos atos cautelares (Costa, 2013a), daí que se exija uma aposta na formação nesta área.

Focámos anteriormente a necessidade de tipificar corretamente o crime que está em causa para o decorrer da investigação. A tipificação do crime, leva à determinação da estrutura organizacional ou operacional que irá desenvolver a investigação e à definição da natureza do procedimento criminal que está em causa. De certa forma, o “patrulheiro” realiza a despistagem das ocorrências e remete para a especialidade.

Na Figura n.º 5 verificamos que cerca de 70% dos militares assume que preparou estas matérias, sendo que apenas 20% menciona que preparou pouco (valor menor do que o apresentado nas outras questões).

Convém referir que, nesta área, exige-se alguma experiência e, com os anos de militar da GNR no ativo, estas questões vão ficando mais claras através da aplicação do Direito no serviço diário.

Em relação à afirmação anterior, constatamos na Figura n.º 1 que a maioria dos militares tem mais de 11 anos de experiência profissional e que 88% já atuou num local do crime, o que nos parece garantir positivamente o profissionalismo/experiência para satisfazer as necessidades de segurança da população.

Ao longo do trabalho fomos referindo que deve existir no militar a preocupação de preservar o local do crime, através de uma atitude dinâmica que não afete negativamente a IC decorrente. Em face disto, realçamos em primeiro lugar a Figura n.º 2, em que os militares (53,6%) assumem que a primeira preocupação que tiveram ao chegar ao local⁶⁴ foi preservar o local. Em segundo lugar, no Quadro n.º 1 – Prioridade de ação na primeira abordagem (Apêndice B), nomeadamente no que diz respeito à primeira ação a tomar, verificamos também que 65,6% dos militares define como primeira ação a tomar a delimitação do local do crime, com vista a proteger o local de eventuais alterações/contaminações. E este primeiro procedimento é aquele que revela maior percentagem de certeza, isto é, nenhum outro procedimento seguinte revelou percentagem superior a 32%, por exemplo. Confirmamos, deste modo, a preparação dos militares no que concerne às primeiras ações que se devem tomar na abordagem ao local.

Neste Quadro n.º 1, podemos constatar a preocupação/problemática enunciada anteriormente, a necessidade de um protocolo que estabeleça uniformidade na Gestão do Local do Crime. Sustentamos a nossa argumentação no facto de se verificarem alguns valores muito próximos/iguais na relação das diferentes escolhas para a sequência de procedimentos.

⁶⁴ Tendo como referência as suas próprias ocorrências ao longo da sua experiência profissional.

De facto, existiu alguma dificuldade para, em termos estatísticos, extrair a ordem de procedimentos que a maioria dos militares teria numa dada situação. Admitindo que os militares pudessem ter imaginado situações diferentes, e que não há dois crimes iguais (pelo que não deve existir uma priorização dos procedimentos rígida), procurámos colmatar essa questão apresentando procedimentos bastante distintos (com finalidades diferentes).

Cumpre-nos comentar também a ordem de priorização de procedimentos explanados no exercício. A ordem de procedimentos que se extrai do Quadro não é totalmente errada porém, deve verificar-se se existem suspeitos no local do crime ou na área envolvente, imediatamente na chegada ao local. O registo de informações deve ser cumprido paralelamente às outras tarefas. Na abordagem ao local deve ter-se a preocupação de afastar, desde logo, os curiosos para uma melhor delimitação e isolamento do local.

São estas as nossas principais considerações acerca do resultado alcançado. Podemos concluir que é um exercício que permite várias apreciações e que, de facto, deveria existir um documento que estabelecesse uma ordem de conduta.

No que concerne à Figura n.º 3, que se relaciona com as ações a desenvolver em caso de intempérie, devemos referir que constatamos positivamente o facto de existir um maior número de militares que opta por preservar o vestígio o melhor possível, em vez de proceder à sua recolha. Como sabemos, a recolha de um vestígio deve ser realizada por elementos especializados da polícia técnica (NAT) sob orientação da polícia científica (NIC), garantindo a cadeia de custódia com maior rigor.

Para além disso, permitimo-nos afirmar que o número de militares que opta por fotografar o vestígio é relativamente reduzido. Assumindo que não existem câmaras fotográficas em todas as viaturas de patrulhamento, parece-nos razoável aceitar que ocorra à maioria dos militares a possibilidade de fotografar o local/vestígios com a câmara do seu telemóvel pessoal, se for necessário para cumprir um serviço mais eficaz.

6.2. Resposta às Questões Derivadas

Estão reunidas as condições para darmos resposta às Questões Derivadas enunciadas no início do trabalho e que nos guiaram ao longo da investigação. São elas:

Q.D.1- O que é a Gestão do Local do Crime para o primeiro interveniente policial?

Q.D.2- Quais as especificidades de um crime de cenário para o primeiro interveniente policial?

Relativamente à Q.D.1, podemos já ter respondemos parcialmente à questão ao referir que aos olhos do primeiro interveniente policial, o que importa é saber se o local é aberto ou fechado (pela maior/menor facilidade em delimitar e isolar), se fica numa zona conflituosa (adversa aos OPC), se é de fácil acesso, se tem muito tráfego ou transeuntes, se já lá estão órgãos de comunicação social e familiares, etc.

A Gestão do Local do Crime para o primeiro interveniente normalmente associa-se ao “patrulheiro” ou polícia de proximidade, isto é, não é levada a cabo nos momentos iniciais por militares da especialidade, quer sejam eles da área técnica ou científica forense. A estes militares, são-lhes concedidas por lei (CPP, LSI, LOIC) as denominadas medidas cautelares e de polícia⁶⁵, que se destinam a permitir desenvolver as ações necessárias e urgentes para preservar e acautelar os meios de prova.

As ações desenvolvidas na abordagem ao local do crime têm um “efeito dominó” na subsequente investigação pelo que é obrigatória a adoção de um conjunto de procedimentos que contribuem para a sua preservação (Silva, Belo, & Pereira, 2014). Convém referir, como foi explicado, que o local do crime considera-se sempre complexo, precário e frágil.

O “primeiro momento”, ou seja, a primeira abordagem ao local, poderá apresentar um cenário tal como se encontrava após a realização do facto criminoso (por isso é muito importante para a reconstrução dos factos ou seu circunstancialismo – primeiro objetivo da IC), se é que ainda não terá sofrido alterações resultantes da ação humana, da intervenção de animais ou de fenómenos da natureza (Marques, 2007).

Com efeito, a gestão do local do crime deve ser tida em conta desde o primeiro instante, garantindo a sua fixação e preservação sob pena de perda irremediável. Caracteriza-se por ter carácter urgente (tempo é potencial factor de destruição), ser preciso a nível de procedimentos e técnicas utilizadas (cadeia de custódia – preservação e inviolabilidade dos elementos obtidos) e rigoroso a nível legislativo.

Para o primeiro militar que chega ao local, o cenário poderá aparecer bastante confuso e conflituoso, mas o militar deve ter a capacidade de, apesar disso, tipificar corretamente o crime em causa, ativar os meios necessários, informar o escalão superior,

⁶⁵ Desenvolvido no ponto 1.2. Enquadramento Legal.

registar toda a informação pertinente e desenvolver os primeiros procedimentos de Gestão do Local do Crime (Figura n.º 2).

Em suma, o primeiro militar deverá garantir a preservação do local e vestígios, reunir a máxima informação possível, sem afetar negativamente a IC ou a cadeia de custódia das provas, até à chegada das equipas especializadas.

Relativamente à Q.D.2, também já tecemos algumas considerações, explicando que um crime de cenário é aquele que sugere mais motivo de análise, praticado num espaço físico delimitado e cuja investigação obriga a um exaustivo exame do local. É neste tipo de crime que a análise ao local é determinante, para a recolha de provas e reconstituição dos factos.

No local do crime podem surgir inúmeros contratempos⁶⁶ que levam à sua complexidade, nomeadamente, a presença de terceiros, intempéries, problemas de segurança, risco de contaminação...

Vimos também que a exigência e o rigor que a legislação impõe tornam a tarefa dos militares mais complexa.

Por outro lado, a presença no local de vários intervenientes de diversas entidades, a quem se deve exigir cooperação, pode tornar a gestão mais complicada. Podem participar no local do crime intervenientes policiais, institucionais e não institucionais:

- Primeiro interveniente (patrulha às ocorrências, por exemplo);
- Órgão competente de Investigação Criminal Operativa (NIC, por exemplo);
- Núcleo de Apoio Técnico (NAT);
- Equipa de apoio psicossocial da GNR;
- Autoridade de Saúde;
- Perito médico;
- Emergência médica ou bombeiros;
- Peritos do Laboratório de Polícia Científica;
- Peritos do Instituto de Medicina Legal...

Devido a essa complexidade, e não só, enumerámos algumas falhas que poderão ocorrer, nomeadamente⁶⁷:

- Abordagem ao local com rapidez, ou seja, todos os movimentos devem ser calmos e deliberados;

⁶⁶ Como representamos na Figura n.º 3, e concluímos também no Quadro n.º 1.

⁶⁷ Aspeto mais desenvolvido no ponto 4.3. Problemas precedentes à equipa de investigação.

- Deficiente definição e delimitação da cena do crime;
- Deficiente isolamento e proteção do local (inclusive permitir entrada de OPC desnecessários no local);
- Contaminação do local;

Estes factores têm sérias repercussões para a IC, ou porque colocam em causa a cadeia de custódia da prova, invalidando as provas, ou porque complicam o processo de reconstituição dos factos. O tempo é factor crucial na IC e, por isso, deve-se evitar que os primeiros procedimentos no local afetem a subsequente investigação.

6.3. Resposta à Questão Central

Vamos procurar responder de forma cabal mas concisa à Questão Central, de forma a definirmos objetivamente o que fazer para otimizar o desempenho dos primeiros militares da GNR no local do crime violento.

Já abordámos várias matérias que nos permitem fazer um apanhado dos aspetos que devemos ter em atenção.

Começamos por referir que a criminalidade da sociedade atual impõe novos requisitos, exigindo mais profissionalismo das FFSS para fazer face aos desafios de forma competente.

Esse profissionalismo consegue-se não só, mas também, apostando na formação inicial dos militares e na sua permanente atualização, quer sejam eles da vertente de proximidade, quer sejam das especialidades forenses e de IC. Deste modo, permitirá fazer com que os militares estejam mais sensibilizados para as questões relacionadas com a gestão do local do crime, investigação, cadeia de custódia da prova, falhas de atuação comuns...

Cumpre-nos também referir que deve ser reforçada a formação aos elementos das restantes entidades que participam no local do crime, para que fiquem alerta com as questões relacionadas com a preservação da prova e funções do gestor do local do crime.

Nunca é de mais mencionar que os elementos da Força no local, ou das diferentes FFSS presentes no local do crime (dependendo da situação), são determinados por lei a cooperar entre si. Se a cooperação for desenvolvida de forma eficaz, certamente será uma mais-valia para o sucesso da investigação.

Por fim, aludimos à pertinência de um protocolo que defina uma forma transversal a todas as FFSS de atuação no local do crime, por considerarmos que tal protocolo constituiria uma melhoria para o trabalho em conjunto e esclareceria algumas questões deixadas em aberto.

Apresentamos no Apêndice C um guia prático que cremos que vá contribuir para a otimização do desempenho dos militares por ser objetivo (define os procedimentos de forma muito condensada), sistemático (metódico e sequencial, permite aplicar a qualquer abordagem ao local) e funcional (tem espaço para registar as informações, poderá auxiliar no relatório final).

CONCLUSÃO

É pertinente numa primeira fase da conclusão retomar o problema em estudo. A nossa investigação foi direcionada para as medidas cautelares e de polícia previstas no CPP, tidas como medidas necessárias e urgentes para assegurar e preservar os meios de prova. Estas ações a ter no local do crime são desenvolvidas pelo primeiro militar à ocorrência, que poderá não ser da especialidade da IC ou forense. Contudo, a gestão do local do crime inicia-se logo na comunicação da notícia do crime e, por isso, cabe ao primeiro interveniente policial assumir a posição de gestor do local, ainda que temporariamente (até à chegada das equipas especializadas).

Pretende-se que este militar assuma uma atitude dinâmica (é inclusive, obrigado por lei), com vista a desenvolver as medidas necessárias para preservar o local e recolher o máximo de informação possível. Porém, as suas ações devem ser ponderadas, sob pena de contaminar o local ou afetar a IC, uma vez que os seus procedimentos poderão ter repercussões na restante IC (efeito “dominó”). Falamos pois da cadeia de custódia da prova, reconstituição dos factos, identificação de testemunhas que poderão já não estar no local em momentos posteriores...

O local do crime é complexo, precário e frágil. Por isso, a gestão do local do crime deve ser tida em conta desde o primeiro instante, garantindo a sua fixação e preservação sob pena de perda irremediável. Caracteriza-se por ter carácter urgente (tempo é potencial factor de destruição), ser preciso a nível de procedimentos e técnicas utilizadas (cadeia de custódia – preservação e inviolabilidade dos elementos obtidos) e rigoroso a nível legislativo.

Como principais ações a tomar, apontamos desde logo para o registo do máximo de informações pertinentes (intervenientes, estado do local, suspeitos, viaturas, hora da chegada ao local...). Na abordagem inicial, deve prestar-se especial atenção em verificar as condições de segurança, tipificar o crime em causa, ativar os meios necessários (comunicar com escalão superior). Depois, urge o isolamento e delimitação do local do crime, controlando as pessoas em redor e estabelecer desde logo um corredor de acesso para quem necessitar de abordar o local.

Realçamos também o dever do militar de proteger o local do crime de todos os que não estejam envolvidos na investigação, nomeadamente de outras FFSS sem competência, superiores hierárquicos, imprensa, familiares...não devendo de forma alguma prestar declarações à imprensa. Essa função deve ser assumida por um militar especialmente designado para o efeito.

Estas medidas a tomar pelo primeiro interveniente policial no local constam em vários manuais de procedimentos das diversas Forças e Serviços de Segurança. No entanto, não existe um protocolo que determine de forma transversal os mesmos procedimentos para todos, o que auxiliaria na coordenação entre Forças e Serviços, estabelecendo regras de conduta. É possível elencar um conjunto mínimo de procedimentos comuns a qualquer intervenção no local do crime. A primeira abordagem ao local pode ser uma fase de grande tensão, pelo que parece-nos uma mais-valia estimular, orientar e disciplinar a tomada de decisões oportunas, inibindo as análises emocionais e intuitivas e sobrepondo a serenidade e objetividade dos factos (Braz, 2013).

Vivemos tempos em que a criminalidade assume contornos de especial complexidade, pelo que devemos preparar-nos mais e melhor para podermos responder de forma mais eficaz. Este cuidado estende-se não só às FFSS, mas também aos restantes intervenientes que poderão estar presentes no local do crime (emergência médica, por exemplo).

A LOIC atribui algumas competências genéricas aos OPC, estabelecendo mecanismos de coordenação, cooperação e troca de informação entre as diversas forças. Esta Lei atribui à GNR competência genérica e específica na investigação de determinados crimes, com autonomia técnica e tática. Impõe-se a existência de uma polícia técnica ao nível da GNR e PSP, pelo facto destas forças estarem dispersas por todo o território nacional e serem geralmente as primeiras a terem conhecimento do crime.

Aquilo que genericamente se designa por local do crime consiste no primeiro momento conhecido, imediatamente após a execução do crime e potencialmente suscetível de conter um conjunto de sinais e de vestígios, cuja interpretação carece de uma abordagem específica. Aos olhos do primeiro interveniente, importa se o local é aberto ou fechado (pela maior/menor facilidade em delimitar e isolar), se fica numa zona conflituosa (adversa aos OPC), se é de fácil acesso, se tem muito tráfego ou transeuntes, se já lá estão órgãos de comunicação social e familiares, etc.

A investigação teve sucesso na medida em que nos permitiu dar resposta às questões de investigação a que nos propomos. Como vimos, a gestão do local do crime para o primeiro interveniente tem as suas particularidades, caracterizando-se por ser uma primeira abordagem ao local que não visa uma intervenção investigatória e inspetiva, mas sim uma atitude de prevenção e proteção do local. Por outro lado, o cenário criminal que se lhe apresenta é bastante incerto, pelo que deve estar preparado para inúmeros contratempos que levam à sua complexidade, nomeadamente, a presença de terceiros, intempéries, problemas de segurança, risco de contaminação...

É possível otimizar o seu desempenho (o do primeiro interveniente) apostando na formação inicial dos militares e na sua permanente atualização. Será também um bom contributo existir uma cooperação eficaz entre todos os elementos e todas as FFSS (se for o caso).

Em Apêndice C, propomos uma guia prática para trabalhar no local do crime, vocacionado para o primeiro interveniente policial que chega ao local. É de elaboração própria, extrai o que de melhor se estudou nos vários manuais de procedimentos das diferentes FFSS e permite o registo de informação. As tarefas a cumprir estão por ordem sequencial, bastando ao militar ter atenção em que fase da ocorrência se encontra (comunicação da notícia, abordagem ao local...).

LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO

A investigação teve alguns contratempos que consideramos comuns mas, conseguimos mitigar a sua maioria com pesquisa e com o auxílio do Orientador e de outros militares da GNR.

Porém, existem alguns problemas que persistiram e que consideramos ter limitado a investigação. Em primeiro lugar, apontamos que foi difícil cingir o estudo à gestão do local do crime na ótica do primeiro interveniente policial, sem entrar na IC propriamente dita. A gestão do local do crime é vasta e engloba várias matérias e procedimentos.

Depois, gostaríamos de ter tido a possibilidade de testar o guia prático numa situação real. No entanto, não tivemos essa oportunidade pela particularidade da nossa situação enquanto ainda alunos, sem competência de OPC.

Por fim, não conseguimos ter acesso aos planos de formação do INEM, o que seria produtivo para a investigação pois permitiria analisar a sua abordagem com mais conteúdo e desenvolver esse aspeto.

RECOMENDAÇÕES

No último ponto do trabalho, interessa-nos deixar algumas propostas/desafios para novas investigações. Seria do nosso interesse que houvesse uma aplicação prática do Guia que elaboramos e apresentamos em Apêndice. Após essa aplicação gostaríamos de obter o *feedback* e, se possível, melhorá-lo a fim de obter mais uma ferramenta de auxílio aos militares no terreno.

Consideramos igualmente pertinente a existência de uma investigação acerca da coordenação no terreno entre OPC. É sempre um campo em que é possível melhorar, e certamente que um estudo aprofundado sobre o assunto apresentaria conclusões interessantes/produtivas.

Ainda em relação à proposta anterior, urge estudar o tema respeitante às plataformas de coordenação existentes/a criar. Estas plataformas serão uma mais-valia para a atividade operacional e consideramos ser contributivo para o seu desenvolvimento.

Por fim, detetámos que existem críticas à LOIC ao longo das leituras, nomeadamente no que concerne às competências de investigação dos OPC. Assim, será este mais um tema proposto para investigação, visando melhorar, ou pelo menos esclarecer, o Sistema de Segurança Interna, mais precisamente a atividade operacional dos OPC.



REFERÊNCIAS

- Ademar, C. (2013). Panorama atual da investigação do crime de homicídio em Portugal - Novas perspetivas e desafios. In S. Costa, & H. Machado, *A Ciência no Combate ao Crime - Potencialidades e Limites* (pp. 49-67). V.N.Famalicão: Húmus.
- Ademar, C. (Dezembro de 2015). Gestão do Local do Crime. *Revista de Investigação Criminal*, 9, pp. 61-86.
- Assembleia Constituinte (1976). Decreto de 10 de abril de 1976: Constituição da República Portuguesa. *Diário da República*, 1ª série, nº86, 738-775.
- Assembleia da República [AR] (2008). Lei n.º 49/2008 de 27 de agosto: Lei de Organização da Investigação Criminal. *Diário da República*, 1ª série, nº165, 6038-6042.
- Assembleia da República [AR] (2008). Lei n.º 53/2008 de 29 de agosto: Lei de Segurança Interna. *Diário da República*. 1ª série, nº167, 6135-6141.
- Braz, J. (2013). *Investigação Criminal, os desafios da nova Criminalidade*. Lisboa: Almedina.
- Clemente, P. (2000). *A polícia em Portugal: Da dimensão política contemporânea de seguridade pública*. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- Costa, S. (Dezembro de 2013b). Reconhecimento, registo e recolha: a política dos 3R da investigação criminal a partir de uma análise sociológica do contexto português. *Revista de Investigação Criminal*, Nº6, 92-124.
- Costa, S., & Machado, H. (2013a). *A ciência na luta contra o crime - Potencialidades e Limites*. V.N. de Famalicão: Húmus.
- Evans, C. (2009). *Criminal Investigations: Crime Scene Investigation*. New York: Chelsea House Publishers.
- Fisher, B. (2004). *Techniques of crime scene investigation*. CRC Press.
- Gil, A. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (5 ed.). São Paulo: Atlas.
- Governo (1966). Decreto-Lei n.º 47344/66 de 25 de novembro: Código Civil.
- Governo (1987). Decreto-Lei n.º 78/87 de 17 de fevereiro: Código de Processo Penal.

- Governo (2009). Decreto-Lei n.º 297/2009 de 14 de outubro: Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana.
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (2014). *Diretiva Operacional N.º 1/14 – Orientações para a implementação da estrutura de Investigação Criminal*. Lisboa:GNR/CO.
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (2015). *Estratégia da Guarda 2020*. Lisboa: DPERI.
- Hart, S. V. (2004). *Crime Scene Investigation: A Reference for Law Enforcement Training*. Manual, U.S. Department of Justice, National Institute of Justice, Washington DC.
- Judiciária, P. (2009). *Inspecção Judiciária - Manual de Procedimentos*. Polícia Judiciária, Lisboa.
- Marques, A. (2007). *Manual de Gestão do Local do Crime*. Escola da Guarda.
- Molano, L. (2016). *Da formação inicial ao primeiro ano de serviço efetivo: Curso de Formação de Guardas 2014/2015*. Mestrado em Ciências Militares, Academia Militar, Lisboa.
- Monteiro, I. (2010). *Vestígios Hemáticos no local de crime. Sua importância Médico-Legal*. Dissertação de Mestrado em Medicina Legal, Universidade do Porto, Porto.
- Peng, C. L. (Março de 2012). A Abordagem ao local do crime. *Investigação Criminal e Sistema Jurídico*, n.º55, 52-57.
- Republicana, G. N. (2003). *NEP/GNR - 9.04 CIC*. Núcleo de Investigação Criminal do Destacamento Territorial.
- Republicana, G. N. (11 de março de 2014). Despacho N.º 18/14-OG. *A Investigação Criminal da Guarda Nacional Republicana*. (Comando-Geral, Ed.) Lisboa.
- Resolução do Conselho de Ministros (2002). RCM n.º 37/2002 de 7 de fevereiro: Código Deontológico do Serviço Policial. *Diário da República*, 1-B série, n.º50.
- Silva, M. F., Belo, & Pereira (2014). *PROCEDIMENTOS TÉCNICOS NA GESTÃO DO LOCAL DO CRIME*. D. de Investigação Criminal. Guarda Nacional Republicana.
- Sistema de Segurança Interna (2015). *Relatório Anual de Segurança Interna*. Gabinete do Secretário-Geral.
- Soares, P. (2014). *Meios de Obtenção de Prova no Âmbito das Medidas Cautelares e de Polícia*. Coimbra: Almedina.
- UNODC. (2010). *Conscientização sobre o local do crime e as evidências materiais em especial para o pessoal não-forense*. Escritório das Nações Unidas sobre pragas e crime, Nações Unidas, Nova Iorque.

ANEXOS

ANEXO A - FORMULÁRIO DE REGISTO DE INFORMAÇÃO INICIAL REFERENTE AO LOCAL DO CRIME

	<p>S.  R.</p> <p>Ministério da Administração Interna Guarda Nacional Republicana</p> <p>E. A. NUIPC Nº Inspeção Nº Registo</p>	
---	---	--

FORMULÁRIO DE REGISTO DE INFORMAÇÃO INICIAL REFERENTE AO LOCAL DO CRIME

1. DATA/HORA DA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

Data: _____ Hora: _____

2. INTERVENÇÃO POLICIAL

Descrição da intervenção: _____

Modo de entrada /acesso: _____

Equipamento utilizado: _____

Alterações ao local: _____

Medidas cautelares adotadas: _____

Militares envolvidos:

Posto	Matrícula	Nome	Órgão	Cotejado	
				Sim	Não
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

3. INTERVENÇÕES DE SUPORTE

☐ INEM
☐ Bombeiros
☐ Proteção Civil

☐ Autoridades de Saúde
☐ Médico Legista
☐ Outros

Identificação:

Serviço	Nome	Cotejado	
		Sim	Não
		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Formato 014/GNR/IC-Criminalística

Processado por computador

Página 1 de 2

4. DESCRIÇÃO DA CENA DE CRIME

Pessoas no local:

Identificação

Motivo	Identificação	Contacto	Cotejado	
			Sim	Não
			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Observações Gerais

Portas

Janelas

Cortinas

Indicadores datáveis:

Luzes

Cheiros

Sinais de atividade

Viaturas:

Outras:

5. OBSERVAÇÕES FINAIS**O (S) TÉCNICO (S) DE CRIMINALÍSTICA**

Posto:

N.º

Nome:

Assinatura:



Posto:

N.º

Nome:

Assinatura:

ANEXO B - FORMULÁRIO DE REGISTO DE ACESSO AO LOCAL DO CRIME

	<p>S.  R.</p> <p>Ministério da Administração Interna Guarda Nacional Republicana</p> <p>E.A. NUIPC N.º Inspeção N.º Registo</p>	
---	--	--

FORMULÁRIO DE REGISTO DE ACESSOS AO LOCAL DO CRIME

1. ÓRGÃO/UNIDADE RESPONSÁVEL, LOCAL E ENQUADRAMENTO DA OCORRÊNCIA

Órgão/Unidade: _____

Endereço: _____

Número _____ Fração _____ Andar _____

Cód.Postal _____ - _____

Localidade _____

Tipo de ocorrência: _____

2. ABERTURA E ENCERRAMENTO DO REGISTO

Data início: _____ Hora início: _____ Data fim: _____ Hora fim: _____

3. REGISTO DE ACESSOS

N.º	HORA DE ENTRADA	POSTO	MATRICULA	NOME	ÓRGÃO/ ENTIDADE/QUALIDADE	MOTIVO	HORA DE SAÍDA
1							
2							
3							
4							
5							
6							
7							
8							
9							
10							
11							
12							
13							
14							
15							
16							
17							
18							
19							
20							
21							
22							
23							
24							
25							

RESPONSÁVEL (EIS) PELO CONTROLO DE ACESSOS (CASO EXCEPCIONAL EM QUE TENHA DE SER ASSEGURADO PELA IC-CRIMINALÍSTICA)

Posto: _____ N.º _____ Nome: _____

Assinatura: _____

Posto: _____ N.º _____ Nome: _____

Assinatura: _____

Formato 013/GNR/IC-Criminalística Processado por computador Página 1 de 1

ANEXO C – GRAU DE PREPARAÇÃO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE GUARDAS 2014/2015

GRAU DE PREPARAÇÃO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE GUARDAS 2014/2015

QUESTIONÁRIOS
INICIADOS

396

QUESTIONÁRIOS
CONCLUÍDOS

395

1

Idade que tem atualmente:

	%	#
18 a 20	4,05%	16
21 a 23	30,63%	121
24 a 27	64,81%	256
Not answered	0,51%	2
Total	100%	395



2

Escolaridade:

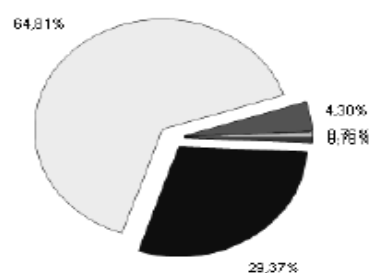
	%	#
11º Ano	3,04%	12
12º Ano	84,56%	334
Licenciatura	8,86%	35
Mestrado	2,78%	11
Doutoramento	0,00%	0
Outro	1,01%	4
Not answered	0,00%	0
Total	100%	396



4

1. Compreender as noções gerais de Direito, os princípios dos Códigos Penal e Processual Penal.

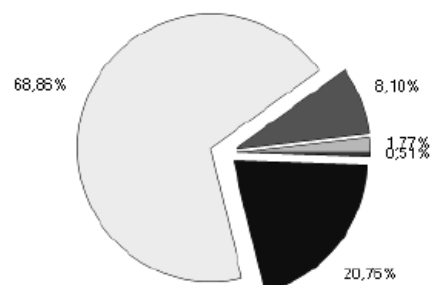
	%	#
0 1. Não preparou	0,76%	3
1 2. Preparou pouco	29,37%	116
2 3. Preparou	64,81%	256
3 4. Preparou muito	4,30%	17
Not answered	0,76%	3
Total	100%	395



8

5. Interpretar o Código Penal e enquadrar os factos nos tipos legais de crime.

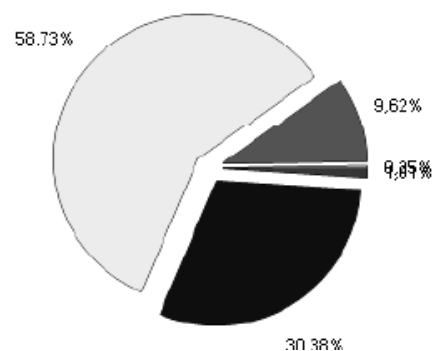
	%	#
0 1. Não preparou	0,51%	2
1 2. Preparou pouco	20,76%	82
2 3. Preparou	68,86%	272
3 4. Preparou muito	8,10%	32
Not answered	1,77%	7
Total	100%	395



14

11. Aplicar técnicas de preservação e conservação de vestígios e outros indícios de crime.

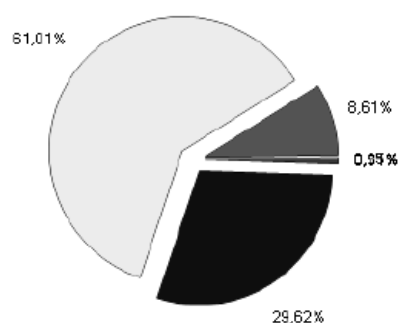
	%	#
0 1. Não preparou	1,01%	4
1 2. Preparou pouco	30,38%	120
2 3. Preparou	58,73%	232
3 4. Preparou muito	9,62%	38
Not answered	0,25%	1
Total	100%	395



15

12. Efetuar os procedimentos corretos numa busca.

	%	#
0 1. Não preparou	0,51%	2
1 2. Preparou pouco	29,62%	117
2 3. Preparou	61,01%	241
3 4. Preparou muito	8,61%	34
Not answered	0,25%	1
Total	100%	395



ANEXO D – PLANO DA MATÉRIA DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

Pag 1

CURSO	CFG	ESCOLA DA GUARDA Direção de Instrução	MATÉRIA	Investigação Criminal
	2014/2015			30 Horas

Nº Sessão	Objetivos Gerais	Tempo Letivo	Objetivos Específicos	Elementos de Consulta Auxiliares de Instrução	Formador
1	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação da disciplina • Definição e caracterização da investigação criminal • Competências da GNR como OPC, em matéria de Investigação Criminal • Estrutura de Investigação Criminal da GNR 	2	<ul style="list-style-type: none"> • Descrever objetivos gerais e específicos; • Enunciar o conceito de Investigação Criminal; • Indicar as características da Investigação Criminal; • Identificar competências de investigação atribuídas à GNR, na Lei Nº49/2008 de 27 de Agosto; • Identificar o Procedimento do OPC da GNR, face à notícia de qualquer crime (sendo ou não a investigação da competência da GNR); • Identificar as vertentes Territorial, Trânsito e Fiscal e respetivas competências; • Identificar a orgânica da componente territorial da estrutura de Investigação Criminal; • Identificar as competências do Posto Territorial. 	<ul style="list-style-type: none"> - CP / CPP - Manual de competências da GNR como OPC 	
2	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os meios de prova e os meios de obtenção de prova 	1	<ul style="list-style-type: none"> • Enunciar qual a função da prova; • Descrever como se classifica a prova; • Caracterizar a prova real e a prova pessoal; • Identificar quais os princípios e meios de obtenção de prova; • Definir indícios; • Indicar as características e o significado dos indícios. 	Manual de Investigação Criminal da EG	
3	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os principais vestígios biológicos, físico-químicos e lofoscópicos e saber proceder à sua preservação 	1	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar o que é um vestígio e saber qual é a sua importância; • Descrever o "Princípio de Locard"; • Indicar as fases de tratamento dos vestígios; • Identificar os vestígios; • Indicar como abordar e tratar os principais vestígios; • Distinguir os vestígios biológicos de físico-químicos; • Enunciar quais as principais técnicas de registo: croquis e fotografia; • Identificar as várias áreas de atuação do Laboratório de Polícia Científica (LPC). 	Manual de Investigação Criminal da EG	Instrutor a nomear pela DIC

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

CURSO	CFG	ESCOLA DA GUARDA	MATERIA	Investigação Criminal
	2014/2015			30 Horas

Direção de Instrução

Nº Sessão	Objetivos Gerais	Tempo Letivo	Objetivos Específicos	Elementos de Consulta Auxiliares de Instrução	Formador
4	LOFOSCOPIA: <ul style="list-style-type: none"> Identificar a importância dos vestígios lofoscópicos para a investigação criminal 	1	<ul style="list-style-type: none"> Descrever princípios gerais da Lofoscopia; Enunciar enquadramento legal da Lofoscopia; Identificar a necessidade da preservação dos vestígios lofoscópicos no local do crime; Identificar o tipo de lofoscópicos: Impressos, moldados e latentes Enunciar diferença entre resenha e cotejo; Identificar a importância da recolha correta de um datilograma; Identificar todos os documentos para recolha direta de datilograma. 	<ul style="list-style-type: none"> Instrutor a nomear pela DIC Manual de Investigação Criminal da EG 	
5	<ul style="list-style-type: none"> Demonstração dos materiais da criminalística 	1	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer os materiais existentes nos NAT da GNR. 	<ul style="list-style-type: none"> Solicitar o NAT ao CTer/Portale gre 	
6	MEDICINA LEGAL: <ul style="list-style-type: none"> Atuação da Autoridade Policial face a óbitos verificados fora das Instituições de saúde <p><i>Conhecer as Lesões Físicas</i></p>	2	<ul style="list-style-type: none"> Identificar e conhecer as competências dos diferentes serviços médico-legais; Conhecer as responsabilidades das Autoridades Policiais aquando da deteção de um cadáver fora das Instituições de Saúde, públicas ou privadas; Caracterizar as lesões produzidas por arma branca; Identificar as lesões produzidas por arma de fogo; Diferenciar as lesões produzidas por arma branca das produzidas por arma de fogo. 	<ul style="list-style-type: none"> Manual de Investigação Criminal da EG Lei 45/2004, 19Ago Dec. Lei 141/99, 28Ago Dec. Lei 96/2001, 26Mar 	
7	<ul style="list-style-type: none"> Caracterizar as Situações de Morte Violenta 	1	<ul style="list-style-type: none"> Identificar e caracterizar as situações de morte violenta: Enforcamento, estrangulamento, esganamento, afogamento, acidente e suicídio, através dos respetivos sinais e lesões provocados; Distinguir as situações de morte violenta, Indicar os elementos essenciais à realização das tarefas imediatas e de investigação; Identificar a importância da observação do local, vítima e da recolha de informação para servir de base à tomada das diligências imediatas. 	<ul style="list-style-type: none"> Manual de Investigação Criminal da EG 	

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

CURSO	CFG	ESCOLA DA GUARDA	MATERIA	Investigação Criminal
	2014/2015			30 Horas

Direção de Instrução

Nº Sessão	Objetivos Gerais	Tempo Letivo	Objetivos Específicos	Elementos de Consulta Auxiliares de Instrução	Formador
8	• Compreender a Entrevista e Interrogatório	2	<ul style="list-style-type: none"> Identificar os objetivos e funções da Entrevista/Interrogatório; Conceber a Entrevista/Interrogatório como um processo de interação; Identificar as formas corretas para gerir corretamente a empatia; Interpretar a Linguagem verbal e não verbal; Enunciar as qualidades do Entrevistador; Descrever a forma de preparar uma Entrevista/Interrogatório; Identificar as técnicas de motivação do interlocutor; Identificar e caracterizar os diferentes intervenientes no processo. 	• Manual de Investigação Criminal da EG	
09	• Realizar em situação de simulação uma Entrevista e um Interrogatório aos diversos intervenientes no Processo	3	<ul style="list-style-type: none"> Executar a Entrevista/Interrogatório ao Denunciante de um crime; Executar a Entrevista/Interrogatório a um Ofendido (vítima de crime de Ofensas à Integridade Física): <ul style="list-style-type: none"> Receber a denúncia e elaborar o restante expediente; Executar a Entrevista/Interrogatório a uma Ofendida (vítima de crime de violação): <ul style="list-style-type: none"> Receber a denúncia e elaborar o restante expediente; Executar um Interrogatório a um arguido no âmbito de um processo de crime de furto contra a propriedade. 	<ul style="list-style-type: none"> Manual de Investigação Criminal da EG Três figurantes Exercício prático em que os formandos realizam uma entrevista e um interrogatório 	
10	<p>Conhecer a atuação da GNR perante a notícia de um crime:</p> <ul style="list-style-type: none"> Enquadramento Legal <p>Procedimentos e responsabilidade na gestão do local do crime</p>	2	<ul style="list-style-type: none"> Identificar as formas de obtenção da notícia do crime; Identificar as características, vestígios e indícios do local do crime; Identificar a informação relevante e urgente para a investigação; Identificar os procedimentos de deslocamento e abordagem do local do crime; Identificar as medidas cautelares e de polícia e desenvolver no local da ocorrência; Identificar as tarefas imediatas a executar no local do crime quanto ao espaço físico, vítimas e restantes pessoas presentes no local 	• Manual de Investigação Criminal da EG	

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

CURSO	CFG	ESCOLA DA GUARDA	MATERIA	Investigação Criminal	Formador
	2014/2015			30 Horas	
Nº Sessão	Objetivos Gerais	Tempo Letivo	Objetivos Específicos	Elementos de Consulta Auxiliares de Instrução	Formador
11	<ul style="list-style-type: none"> Atuação da GNR face à notícia do crime de furto: 	1	<ul style="list-style-type: none"> Enunciar aspetos fundamentais na receção da notícia do crime; Enunciar as diligências preliminares; Descrever a importância do local do crime para a investigação; Identificar a necessidade de definir o valor do objeto do furto; Enunciar os vários "modus operandi" do crime de furto. 	<ul style="list-style-type: none"> Manual de Investigação Criminal da EG 	
12	<p>Atuação da GNR face à notícia do crime de furto:</p> <ul style="list-style-type: none"> Turma dividida em grupos de formandos executa exercício de simulação de um furto a uma residência, realizando apenas atos da competência do Posto Evidenciar aspetos de coordenação entre todos os órgãos envolvidos (Patrulha do PT, NIC e NAT) 	2	<ul style="list-style-type: none"> Recolher informação face à notícia do crime de furto, Obter as respostas às questões fundamentais da investigação criminal, Recomendar ao comunicante as medidas a tomar para preservação de meios de prova. Efetuar o deslocamento para o local em: <ul style="list-style-type: none"> Em segurança Preservação de vestígios, Abordar o local do Furto/Roubo, implementando as medidas cautelares de Polícia e respetivas tarefas imediatas quanto: <ul style="list-style-type: none"> Ao local Restantes pessoas – ofendido, testemunha, suspeitos, etc. <p>Elaborar expediente respetivo</p>	<ul style="list-style-type: none"> Manual de Investigação Criminal da EG Cenário de crime de furto Solicitar o NAT ao CTer/Portal egre 	Formador
13	<ul style="list-style-type: none"> Enunciar as diligências a efetuar pela GNR perante um Crime em Acidentes Rodoviários. 	1	<ul style="list-style-type: none"> Identificar e descrever as medidas específicas na atuação imediata no local da ocorrência; Identificar as marcas e vestígios resultantes num acidente; Identificar e descrever aquando da tomada de dados os elementos de informação a registar e sequência a respeitar; Identificar, descrever e compreender a importância fundamental do local onde ocorreu o acidente rodoviário pelas marcas e vestígios deixados no local; Identificar e descrever a importância da determinação e observação da posição dos veículos. 	<ul style="list-style-type: none"> Manual de Investigação Criminal da EG 	

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

CURSO		CFG	ESCOLA DA GUARDA		MATÉRIA	Investigação Criminal
		2014/2015	Direção de Instrução			30 Horas
Nº Sessão	Objetivos Gerais	Tempo Letivo	Objetivos Específicos	Elementos de Consulta Auxiliares de Instrução	Formado	
14	<p>Atuação da GNR face à notícia do crime de Ofensas Contra a Integridade Física, seguida de omissão de auxílio:</p> <ul style="list-style-type: none">Turma dividida em grupos de formandos executa exercício de simulação de um atropelamento seguido de fuga, realizando apenas atos da competência do PostoVítima ainda se encontra no local do atropelamento quando GNR tem notícia do facto e se apresenta no local.Evidenciar aspetos de coordenação entre todos os órgãos envolvidos (Patrulha do PT, NIC-DT e NAT)	2	<ul style="list-style-type: none">Recolher a informação mais importante aquando do atropelamento seguido de fuga;Efetuar deslocamento para o local:<ul style="list-style-type: none">- Em segurança- Preservação de vestígios,Abordar o local da ocorrência, implementando as medidas cautelares de Polícia e respetivas tarefas imediatas quanto:<ul style="list-style-type: none">- Ao local- Restantes pessoas – Vítima, testemunha, suspeitos, etc.Executar os procedimentos imediatos no local;Identificar e preservar as marcas e vestígios no local relevantes à investigação;Elaborar expediente respetivo.	<ul style="list-style-type: none">Manual de Investigação Criminal da EGCenário de atropelamento com fuga do autorSolicitar o NAT ao CTer/Portale gre		
15	<p>DROGA:</p> <ul style="list-style-type: none">Definir, classificar e identificar as Drogas do grande tráfico.Identificar o regime jurídico aplicável ao consumo de substâncias estupefacientes e psicotrópicas.Identificar o regime jurídico aplicável ao tráfico (em flagrante delito) de substâncias estupefacientes e psicotrópicas.	4	<ul style="list-style-type: none">Definir droga;Identificar e caracterizar os:<ul style="list-style-type: none">- Depressores;- Estimulantes;- Perturbadores.Diferenciar os vários tipos de consumidores;Identificar a Droga através das propriedades físicas;Realizar o teste DIK 12;Identificar em que circunstâncias o agente incorre em contraordenação;Identificar a entidade competente para conhecer a contraordenação;Enunciar em que consiste a figura de indiciado;Identificar as medidas cautelares relativas ao indiciado descompensado fisicamente e psicologicamente;Descrever as medidas a adotar em situação de contraordenação;Descrever a atuação correta perante uma situação de tráfico, detetado em flagrante delito.	Manual de Investigação Criminal da EG		

CURSO

CFG

2014/2015

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

ESCOLA DA GUARDA

Direção de Instrução

MATÉRIA


Investigação Criminal

30 Horas

Nº Sessão	Objetivos Gerais	Tempo Letivo	Objetivos Específicos	Elementos de Consulta Auxiliares de Instrução	Formador
16	<p>DROGA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atuar corretamente em flagrante delito numa situação de contraordenação (consumo) e elaborar o expediente resultante. • Atuar corretamente no crime de tráfico detetado em flagrante delito, e elaborar o expediente resultante. <p>(Situações práticas a executar pelos formandos, com a turma dividida em pequenos grupos)</p>	2	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar e tipificar o ilícito; • Atuar corretamente perante o ilícito; • Elaborar o expediente relativo à situação de consumo (contraordenação) e de tráfico em flagrante delito (Crime) 	<ul style="list-style-type: none"> • Manual de Investigação Criminal da EG • Cenário simulado de consumo de droga e de posse e detenção de droga 	
17	Teste de avaliação	1			
18	Correção do teste de avaliação	1			

ANEXO E – FLYER WORKSHOP CRIMES DE CENÁRIO

PROGRAMA	
INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	Noções básicas do Método de Investigação Criminal A importância da integridade dos vestígios A custódia da prova
SISTEMA INTEGRADO DE EMERGÊNCIA MÉDICA - Preservação da prova	Vítima a socorrelivá- Equipa necessária no local do crime Material de socorro a utilizar no local do crime Recolha de material utilizado no local do crime
INVESTIGAR AS CAUSAS - Porque?	Ciclo dos desastres + Investigação Teoria dos Vestígios O Ponto de Início O papel do bombeiro (enquanto first responder) Responsabilização do 1º COS (Comandante da Operações de Socorro)
CENÁRIOS DE INCÊNDIOS - Tipologias	INCÊNDIOS FLORESTAIS, em ESTRUTURAS EDIFICA- DAS e VEÍCULOS Fatores de propagação Identificação do PI Combate – procedimentos a adotar para preservar vestígios no PI Principais causas Visionamento de filmes Fotos
INVESTIGAÇÃO CRIMINAL EM PORTUGAL	ENQUADRAMENTO LEGAL Competências dos OPCs CICLO DA INVESTIGAÇÃO Inspeção Judicial POLÍCIA JUDICIÁRIA Missão e orgânica Enquadramento com a ANPC Incêndios Investigação das causas Perfil do inoendário português Mortuária
FICHAS OPERATIVAS	FICHA DE PROCEDIMENTOS Indicadores/marcas no terreno Cuidados no PI FICHA DE CAMPO Preenchimento pelo COS Entrega à investigação





WORKSHOP

CRIMES DE CENÁRIO

- O papel dos primeiros intervenientes institucionais na preservação dos vestígios —

16 de abril de 2016
SALÃO NOBRE DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE MATOSINHOS E LEÇA DA PALMEIRA (BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS)

ORGANIZAÇÃO:


APOIO:


FORMADORES DA EPI:
FILIPE FERREIRA, Inspetor Chefe
CARLOS FONSECA, Inspetor
NUNO COELHO, Enfermeiro Forense

PORTO

APÊNDICES

APÊNDICE A – INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

QUESTIONÁRIO

Abordagem ao local do crime



Aspirante Infantaria Rui Jacob
jacob.rc@gnr.pt

O questionário apresentado insere-se no âmbito da elaboração do Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), necessário para a conclusão do Curso de Formação de Oficiais da Guarda Nacional Republicana.

Com efeito, pretende-se investigar o papel dos militares no contexto da gestão do local do crime violento, isto é, aquilatar da importância que um bom desempenho pode ter na primeira abordagem e como isso se repercute no sucesso da investigação; elencar um conjunto de tarefas que possam e devam ser cumpridas pelo primeiro militar a chegar ao local, tendo em vista a preservação do cenário criminal até à chegada das equipas especializadas; etc.

O questionário é dirigido aos militares relacionados com a vertente territorial (por serem “polícias de proximidade”), pois podem atuar como primeiros intervenientes num local do crime.

Os dados serão anónimos e para utilização particular.

Devem ser consideradas as seguintes definições:

Local do crime: Espaço(s) delimitado(s), direta ou indiretamente relacionado(s) com a prática de um crime, que é(são) objeto da perícia.

Intervenções preliminares: Normalmente os eventos criminosos são detetados pelos “polícias de proximidade”. Na fase inicial, exigem-se procedimentos essenciais para a preservação de vestígios e/ou recola de informações, apesar de não serem levados a cabo por especialistas.

Questões:

1. Experiência profissional?
____anos
2. Classe profissional?

3. Função que desempenha?

4. Alguma vez realizou intervenções preliminares no Local do crime?
Sim__ Não__ Se sim, quais as primeiras preocupações ao chegar?_____

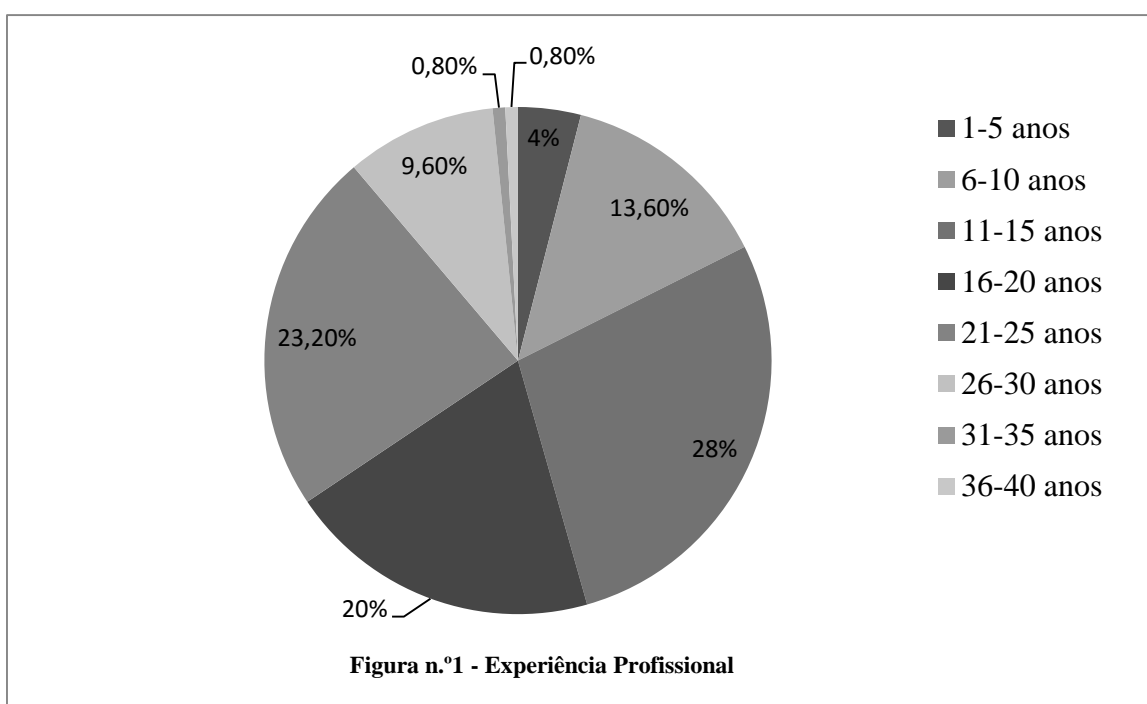
_____.
5. É admissível determinar que testemunhas não se afastem do local do exame?
Sim__ Não__
6. Tendo em conta a salvaguarda dos vestígios, que faria no local do crime em caso de intempérie?
_____.
7. Por ordem de importância (sendo 1 a mais importante), quais são as suas preocupações na primeira abordagem ao local do crime?
Estabelecer corredor de acesso__ Vestígios de fácil degradação__
Delimitação do local do crime__ Verificar se há suspeitos__
Registo de informações__ Afastar curiosos __
Cuidados com a contaminação do espaço __ Identificação de testemunhas __

Obrigado pela colaboração.

APÊNDICE B – APRESENTAÇÃO DOS DADOS ESTATÍSTICOS (QUESTIONÁRIOS)

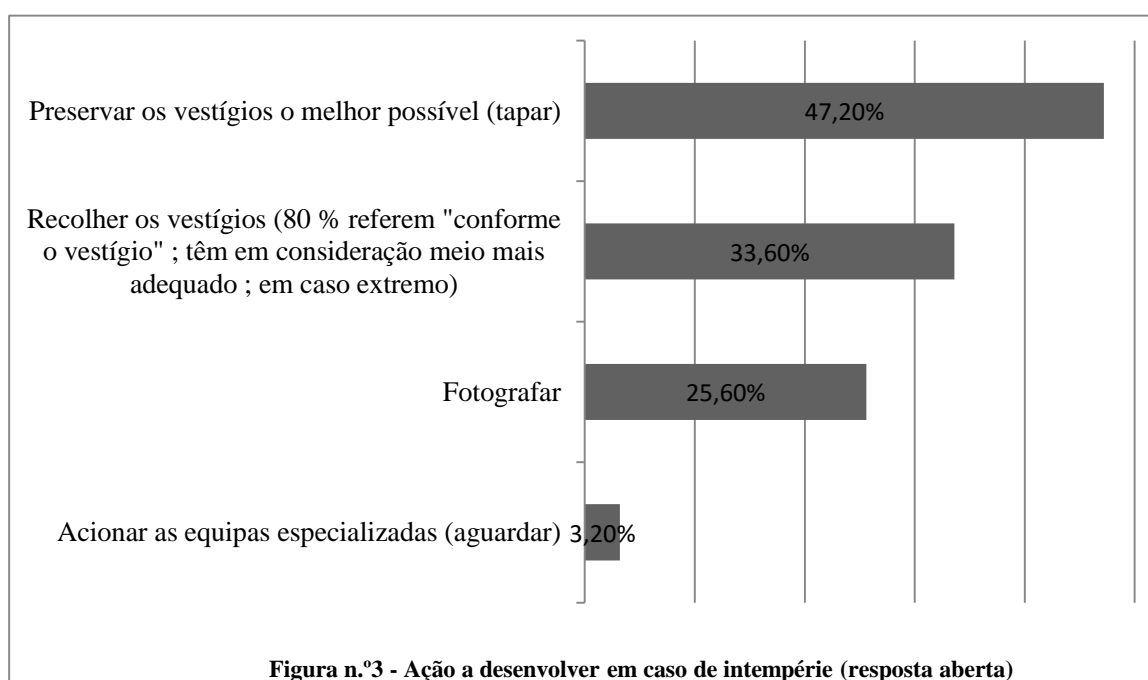
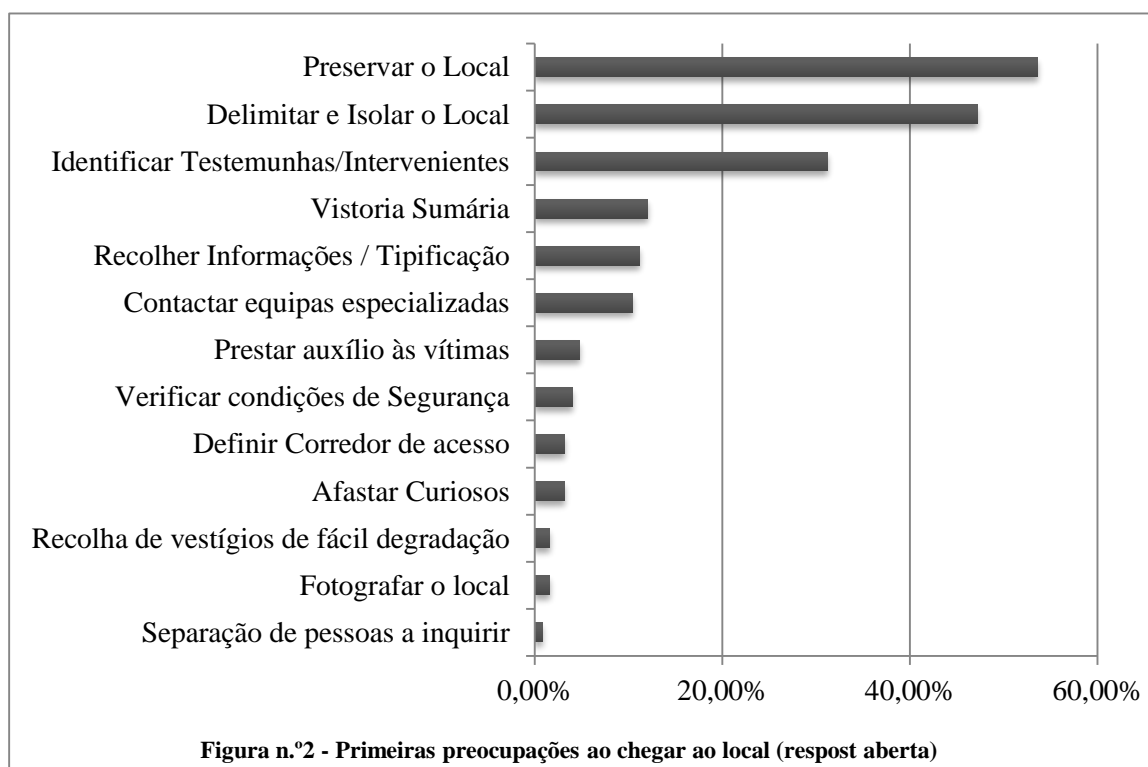
➤ **População:** Militares da GNR.

➤ **Amostra:** 125 militares (117 Guardas; 8 Sargentos).



➤ **Participação num Local do Crime** {
Sim – 88%
Não – 12%

➤ **Determinar que pessoas não se afastem do local** {
Sim – 89,6%
Não – 10,4%



➤ **Prioridade de ação na primeira abordagem**

Quadro n.º 1 – Prioridade de ação na primeira abordagem

Delimitação do Local do Crime	Registo de Informações	Verificar se há suspeitos	Identificação de testemunhas	Afastar curiosos	Cuidados com a contaminação dos vestígios	Estabelecer corredor de acesso	Vestígios de fácil degradação
1º- 65,6%	1º- 1,6%	1º- 12,8%	1º- 0%	1º- 4%	1º- 7,2%	1º- 0,8%	1º- 6,4%
2º- 19,2%	2º- 0,8 %	2º- 12,8%	2º- 0,8%	2º- 8,8%	2º- 24%	2º- 16%	2º- 18,4%
3º- 5,6%	3º- 1,6%	3º- 16,8%	3º- 4%	3º- 12%	3º- 16,8%	3º- 19,2%	3º- 22,4%
4º- 4%	4º- 16%	4º- 8,8%	4º- 4,8%	4º- 11,2%	4º- 11,2%	4º- 16,8%	4º- 24,8%
5º- 3,2%	5º- 14,4%	5º- 20%	5º- 12,8%	5º- 9,2%	5º- 20%	5º- 6,4%	5º- 14,4%
6º- 2,4%	6º- 14,4%	6º- 12,8%	6º- 32%	6º- 15,2%	6º- 4,8%	6º- 8%	6º- 8%
7º- 0%	7º- 20%	7º- 10,4%	7º- 23,2%	7º- 16%	7º- 6,4%	7º- 18,4%	7º- 3,2%
8º- 0%	8º- 28,8%	8º- 2,4%	8º- 22,4%	8º- 24%	8º- 6,4%	8º- 13,6%	8º- 0%

Em termos estatísticos, conclui-se que as primeiras preocupações dos militares na primeira abordagem ao local do crime são, por ordem decrescente de importância:

1º- Delimitação do local do crime
 2º- Cuidados com a contaminação dos vestígios
 3º- Estabelecer corredor de acesso
 4º- Vestígios de fácil degradação

5º- Verificar se há suspeitos
 6º- Identificação de testemunhas
 7º- Registo de informações
 8º- Afastar curiosos

APÊNDICE C – GUIA PRÁTICO

<p>Abordagem ao Local do Crime Militares: _____</p>	<p>Primeiro Interveniante _____</p>
<p>Guia Prático</p>	
<p><u>1.COMUNICAÇÃO DA NOTÍCIA</u></p>	
<p>✓ GDH: Ocorrência _____ Comunicação _____ Abordagem _____</p>	
<p>✓ Comunicante (dar recomendações): _____</p>	
<p>✓ Local (morada, tipo, acesso...): _____</p> <p>_____</p>	
<p>✓ Suspeitos (armas, perigosidade...): _____</p>	
<p>✓ Conflitualidade: _____</p>	
<p>✓ Comunicar com escalão superior;</p>	
<p><u>2.ABORDAGEM AO LOCAL</u></p>	
<p>✓ Comunicar com escalão superior;</p>	
<p>✓ Olhar em redor, avaliar, medidas de segurança...;</p>	
<p>✓ Verificar se existem vítimas;</p>	
<p>✓ Tipificação: _____</p>	
<p>✓ Modo de entrada: _____</p>	
<p>✓ Cuidados (socorro, preservação...): _____</p> <p>_____</p>	
<p>✓ Afastar pessoas (registar se necessário – grelhas de registo);</p>	
<p>✓ Delimitar e Isolar Local, por excesso;</p>	
<p>✓ Corredor de acesso: _____</p>	
<p>✓ Medidas cautelares: _____</p> <p>_____</p>	
<p>✓ Fotografar o local, se necessário;</p>	
<p>✓ Descrição do Local (portas, janelas, luzes...): _____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>	
<p>✓ Alterações ao Local (mãos nos bolsos): _____</p> <p>_____</p>	

Abordagem ao Local do Crime

Primeiro Interviente

✓ Contactos/Comunicações/Meios Ativados:

Entidade	Motivo

✓ Apreensões:

Material	Motivo

✓ Vestígios:

Vestígio	Local

✓ Informações:

✓ Atenção em redor do perímetro;

✓ Guiar e dar instruções às equipas que chegam (informações, cuidados, corredor de acesso...);

✓ Local para equipamento e lixo;

✓ Evitar órgãos de comunicação social;

✓ Lavrar auto circunstanciado de tudo o que presenciou e diligenciou;

3.VÍTIMA

✓ Marcar silhueta em caso de remoção;

✓ Identificar vítima:

✓ Hospital:

Abordagem ao Local do Crime

Primeiro Interveniante

4.PESSOAS NO LOCAL (Testemunhas/Suspeito de contaminação)

Identificação	Motivo/Instituição	Contacto

5.SUSPEITOS

Identificação	Motivo	Contacto

6.VIATURAS SUSPEITAS

Marca/Modelo	Cor	Matrícula	Motivo

✓ **Diversos:** _____

